

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO LEONARDO MEDEIROS

A VOCAÇÃO DOS BACHARÉIS:
ESCOLARIDADE E CLASSE DIRIGENTE NO PARANÁ (1995-2006)

CURITIBA

2010

PEDRO LEONARDO MEDEIROS

A VOCAÇÃO DOS BACHARÉIS:
ESCOLARIDADE E CLASSE DIRIGENTE NO PARANÁ (1995-2006)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem minha inserção, desde os tempos de graduação, no estimulante ambiente intelectual do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP), da Universidade Federal do Paraná. Agradeço a todos os pesquisadores e professores com quem tenho convivido desde então, com ênfase especial ao Professor Renato Monseff Perissinotto, meu orientador, nas coisas da academia e da vida, já há alguns anos, e cuja compreensão inesgotável foi fundamental para a minha trajetória profissional. Não poderia deixar de salientar também o apoio fundamental da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja bolsa permitiu-me dedicação exclusiva a este trabalho e às demais atividades do mestrado.

Agradeço ainda àqueles que, se não tiveram participação direta neste trabalho, colaboraram com o apoio emocional necessário para que eu pudesse concluí-lo: cito aqui alguns queridos amigos que estiveram mais próximos neste período – Fernando, Hugo, Guilherme, Natália, Patz e Jerry. Obrigado. À minha família, cujo suporte também foi imensamente valioso. E, por último, com um carinho especial, a Patricia Maciel, pessoa que só posso descrever, com o perdão da expressão batida, como meu “porto seguro”.

RESUMO

Na primeira parte desta pesquisa, enfoca-se um caso particular de “minoria política”, a classe dirigente do estado do Paraná no período de 1995 a 2006. Por meio de dados oriundos de *surveys* aplicados aos ocupantes das mais altas posições hierárquicas de instituições-chave do processo decisório estadual, constrói-se um perfil dessa classe dirigente quanto a vários aspectos sociologicamente relevantes (sexo, cor, idade, origem social e trajetória escolar), com o objetivo de descobrir (i) até que ponto a composição desse grupo reflete a da população em geral, (ii) qual o seu grau de diferenciação interna e (iii) quais os determinantes sociais (mecanismos de estratificação, filtragem e direcionamento) que podem estar na origem das configurações encontradas. A fim de explorar de maneira mais aprofundada o modo de ação desses determinantes, e dado o peso – já estabelecido – da escolaridade no acesso às posições de poder, a segunda parte da pesquisa debruça-se sobre um aspecto específico do perfil desse conjunto de agentes: a importância da formação jurídica e, sobretudo, de determinados cursos de direito na formação escolar dessa classe. A hipótese norteadora, aqui, é de que, de modo análogo aos partidos políticos, as instituições de ensino (superior, sobretudo) funcionam como espaços de socialização (produção de “vocações”) e recrutamento para o Estado e a política, colaborando assim para explicar a configuração da classe dirigente que ocupa as arenas decisórias.

Palavras-chave: Recrutamento de elites. Ensino jurídico. Classe dirigente paranaense. Ensino superior. Estratificação social.

ABSTRACT

In the first part of this research we focus a particular case of "political minority", the ruling class of the Paraná state in the period from 1995 to 2006. By the means of data from surveys applied to the occupants of the highest hierarchical positions of key-institutions of the decision making process, we construct a profile concerning sociologically relevant aspects, such as sex, color, age, social origin and schooling trajectory, aiming to discover (i) to which point this group's composition reflects of the population's in general, (ii) what is its internal differentiation degree and (iii) what are the social determinants (mechanisms of stratification, filtration and assortment) which might be at the origin of the configurations found. To explore more deeply the action mode of these determinants, and given the - already established - schooling weight in the access of power positions, the second part of the research focuses on a specific aspect of the profile of this set of agents: the importance of the juridical formation and, most of all, of certain law schools in the schooling formation. The lead hypothesis is that, analogous to political parties, teaching institutions (higher, mainly) work as socializing spaces ("vocational" production) and recruitment to the State and the politics, thus collaborating to explain the ruling class configuration that occupies the decision arenas.

Key words: Recruitment of elites. Law schools. Ruling class. Higher education. Social stratification.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 ESTADO E SOCIEDADE.....	12
2.1.1 Autonomia frente à classe economicamente dominante.....	15
2.1.2 Autonomia frente à classe politicamente dirigente.....	20
2.1.3 Síntese: a “classe dirigente” como ponto de mediação.....	22
2.2 O MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO INTERNA DA CLASSE DIRIGENTE.....	23
2.2.1 Monismo e pluralismo. Posições e decisões.....	23
2.2.2 Síntese.....	30
2.3 O RECRUTAMENTO DA CLASSE DIRIGENTE.....	33
3. O PERFIL DA CLASSE DIRIGENTE PARANAENSE	36
3.1 O UNIVERSO DA PESQUISA.....	37
3.2 OS ATRIBUTOS ADSTRITOS DA CLASSE DIRIGENTE.....	42
3.3 OS ATRIBUTOS ADQUIRIDOS DA CLASSE DIRIGENTE.....	48
4. ESCOLARIDADE E CLASSE DIRIGENTE	63
4.1 AS ESCOLAS FORMADORAS DA CLASSE DIRIGENTE.....	67
4.2 BACHARELISMO, TECNOCRACIA E CLASSE DIRIGENTE.....	75
5. CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	90

1 INTRODUÇÃO

A questão geral que dá direção a esta pesquisa pode ser resumida na seguinte pergunta, bem formulada pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann, muito embora este a rechaçasse como inútil para a sua “teoria dos sistemas”: *Quem, com quais características, chega aonde?*¹

Estudos sobre estratificação e mobilidade sociais, dinâmica da estrutura de classes, recrutamento e seleção da classe política ou de outras elites estratégicas (profissionais, dirigentes etc.) são, cada um a sua maneira e segundo o seu esquema e jargão teóricos, formas de lidar com essa mesma questão: a dos determinantes sociais das trajetórias ou classes de trajetórias diferenciais que têm lugar numa sociedade num dado momento do tempo, sobretudo no que diz respeito ao acesso a posições de poder nos diversos campos sociais.

Estudar as trajetórias que os agentes descrevem, de suas posições de origem (medidas em geral pelos atributos sociais dos pais e avós) a suas posições de chegada (os postos profissionais), significa necessariamente lidar com o problema da distribuição dos poderes, responsabilidades e privilégios e de como, numa sociedade específica, está organizada historicamente essa distribuição, bem como sua reprodução ao longo do tempo, isto é, o seu *processo sucessório*. Isso obriga, ainda, que se trate dos mecanismos de legitimação por meio dos quais os herdeiros passam a ser vistos, aos seus próprios olhos e aos dos demais, como dignos da herança social que recebem (direção de empresa, cargo político ou cátedra universitária), e não como meros usurpadores ou como candidatos inaptos a responder satisfatoriamente às exigências da posição que lhes é destinada.

A chamada tradição neomaquiavélica – de Mosca, Michels e Pareto – teve, entre outros méritos, a virtude de chamar a atenção vigorosamente para um aspecto fundamental dessa distribuição dos poderes: aquele que diz respeito à divisão entre *governantes* e *governados*. Num momento histórico (segunda metade do século XIX

¹ Tomei conhecimento dessa formulação de Luhmann por meio da leitura de *Corpo e alma da magistratura brasileira*, obra que apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a trajetória social e os valores (cultura jurídica e política) da magistratura nacional, e que se guia, ao menos parcialmente, por um quadro geral de questões semelhante ao aqui tratado (cf. WERNECK VIANNA *et alii*, 1997, p. 7).

e começo do século XX) de expansão dos direitos políticos (de voto, organização e elegibilidade) nos países ocidentais e de efervescência de ideologias políticas críticas (socialismos, anarquismos e marxismos), esses eruditos defenderam que, para além de outros antagonismos sociais (entre classes econômicas, por exemplo), seria a divisão entre uma minoria politicamente ativa e uma maioria politicamente passiva que apresentaria a universalidade de uma autêntica “lei da história”, devendo ser esta, por consequência, o objeto próprio de uma ciência da sociedade e da política.

Ainda que muitas das teses clássicas da “teoria das elites” estejam contaminadas pelo conservadorismo político da época, em sua aversão à democracia e às “massas”, sua *problemática*, transformada posteriormente em um *programa de pesquisa* no século XX, mostrou-se bastante frutífera ao enfatizar os processos sociais por meio dos quais são *formadas, legitimadas e renovadas* as minorias que ocupam as posições de poder (principalmente aquelas formais – os cargos – dentro de organizações igualmente formalizadas – Estados, partidos, sindicatos etc.) numa sociedade em um dado momento (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 7).

Esse programa de pesquisa legado pelos elitistas clássicos, e aperfeiçoado posteriormente por aqueles que o colocaram em prática (de pesquisa empírica), trouxe ao menos duas vantagens teóricas e metodológicas para as Ciências Sociais:

1) Primeiramente, por relacionar o perfil social daqueles que ocupam o poder (suas trajetórias e seus valores culturais) às suas ações (na política, na administração estatal) e ao desempenho geral das organizações em que estão inseridos (as políticas públicas ou de Estado, por exemplo), justificando, assim, estudos empíricos que procuram comprovar (ou negar) tal relação. Isso não é trivial se pensarmos, por exemplo, em como a tradição marxista teve (e tem) dificuldades, por conta do pressuposto teórico da funcionalidade objetiva das instituições para a reprodução do modo de produção, em dedicar-se ao exame empírico dessas relações².

² Não se quer com isso dizer que o quadro teórico marxista torne impossível a operacionalização de seus conceitos em pesquisas empíricas acerca da funcionalidade do Estado para a reprodução da estrutura econômica (por meio, por exemplo, de uma análise sistemática dos efeitos das políticas

2) Em segundo lugar, mas não menos importante, a análise das minorias dirigentes pode servir como um *atalho teórico-metodológico* para se compreender processos sociais bastante amplos, como aqueles que dizem respeito à dinâmica da estrutura social ao longo do tempo. O perfil das elites, operando, segundo a sugestão de Robert Putnam, como um *sismógrafo* desses processos, pode servir para que se ilumine a hierarquia existente, em cada sociedade e em cada momento histórico, entre os diversos tipos de recursos ou capitais (econômicos, culturais, sociais e simbólicos), bem como entre os grupos que os detêm diferencialmente, no que tange à capacidade e ao interesse que eles provêm de aceder às posições de mando (PUTNAM, R., 1976, p. 43; PERISSINOTTO, 2009, p. 196-197).

Neste trabalho, parto justamente desse programa de pesquisa típico da “teoria das elites”, analisando um caso subnacional brasileiro: a “classe dirigente” paranaense no período, de pouco mais de uma década, de 1995 a 2006. Por “classe dirigente”, utilizada aqui em sentido similar ao de Mosca (1939), compreende-se o conjunto de indivíduos que monopolizam as funções políticas de uma dada sociedade em um determinado momento, o que, nas formações sociais contemporâneas, passa necessariamente pelo controle das posições formais de mando nas principais arenas do processo decisório público (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, por exemplo) ou em organizações capazes de influenciar o que ali se passa (partidos políticos, associações de classe etc.).

Meu interesse, contudo, não repousa sobre uma tentativa de relacionar o perfil social dessa minoria do poder às suas ações, e menos ainda aos *outputs* dos sistemas político e estatal ou aos seus efeitos sociais *de facto*, mas sim de utilizar essas elites, sua natureza, como indicadores (“sismógrafo”) dos processos de *reprodução social* vigentes num determinado período.

Sendo o produto final de um conjunto de mecanismos sociais de inclusão/exclusão e de direcionamento/confinamento (para tal ou qual região e posição no espaço social), o perfil dessa minoria, em suas características presentes e ausentes, pode servir justamente para a *objetivação* desses mecanismos seletivos e diretivos de que ele (o perfil) representa o produto. É essa, portanto, a ênfase que

darei ao analisar os dados referentes a essa classe dirigente³, detendo-me com especial atenção ao lugar que o *campo escolar* ocupa, como instância de intermediação entre a posição de origem (família) e a posição de chegada (posto profissional), dentro do conjunto desses processos reprodutivos (ou sucessórios).

O que se pretende, aqui, portanto, não é proceder apenas a uma descrição dos atributos da minoria em questão⁴, mas destacar o impacto do sistema de ensino e, sobretudo, de determinadas instituições escolares-chave – os *cursos jurídicos* – na configuração interna dessa classe dirigente. A historiografia e a sociologia há tempos já estabeleceram o papel central das “faculdades de Direito”, verdadeiras “ante-salas do poder”, na socialização e legitimação das elites brasileiras desde o período imperial (BARMAN & BARMAN, 1976; FALCÃO NETO, 1978; HENDRICKS & LEVINE, 1981; VENÂNCIO FILHO, 1982; ADORNO, 1988; CARVALHO, 1996). Meu objetivo, entretanto, é saber como a diversificação e expansão, tanto do sistema de ensino superior, por um lado, quanto dos postos de poder, por outro, afetaram a posição do ensino jurídico como instância formadora das elites – neste caso, estaduais.

Falar em uma “vocação dos bacharéis”, como no título deste trabalho, significa ressaltar a ligação histórica persistente entre os detentores de títulos escolares – especialmente os diplomados em Direito – e as atividades dirigentes, ligação que se manifesta, inclusive, na etimologia do vocábulo “bacharel”: vindo do francês arcaico *bachelier*, designava, na Idade Média, aqueles jovens aspirantes a se tornarem cavaleiros e, assim, integrarem a nobreza (LE GRAND ROBERT, 2005). A expansão do sentido do vocábulo, que passou a denotar os diplomados do ensino superior, em geral, e do ensino jurídico, em particular, não deixou de lado, contudo, sua significação inicial: a do bacharel como indivíduo aspirante ao poder, seja pela atividade guerreira, como outrora, seja pela via escolar, como nos dias de hoje.

Se partirei inicialmente da problemática elitista, a fim de determinar o universo de agentes a ser pesquisado, num segundo momento, inspirado, sobretudo, na sociologia da educação de Pierre Bourdieu (1982; 1996; 1998), tentarei explorar

³ Tais dados são oriundos de um conjunto de pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP), da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁴ Para uma descrição mais exaustiva dos dados referentes ao perfil social e aos valores culturais das elites paranaenses, ver, sobretudo, Perissinotto *et alii* (2007).

como o campo escolar e, mais especificamente, o campo formado pelos cursos jurídicos determina, em sua interação com a posição de origem dos agentes (o espaço social e o lugar das famílias nele) e com o estado do mercado de postos e cargos profissionais (número de vagas a serem preenchidas e condições de acesso a elas – concurso, eleição, indicação etc.), classes diferenciais de trajetórias e destinos sociais, principalmente no que diz respeito ao acesso às elites e, mais ainda, a tal ou qual *posição específica dentro dessas elites* (elite judiciária ou parlamentar, por exemplo). Não se trata, portanto, de tratar a classe dirigente como um bloco monolítico ou um grupo unificado, mas sim como um espaço internamente diferenciado, para o qual há diferentes vias de acesso e diferentes condições de entrada, produzindo, como se verá, tipos de elite também distintos.

Partindo desses objetivos, a pesquisa – e este trabalho que a apresenta – será organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, começarei localizando a problemática elitista no quadro mais geral de teorias que pensam a relação entre o Estado, a política e a sociedade. O objetivo, aqui, é explicitar, pelo contraste, os pressupostos do qual parto ao adotar tal abordagem, que toma a “classe dirigente” – seu perfil social – como objeto privilegiado de análise. A seguir, enfocarei duas das principais questões que se impõem a qualquer estudo sobre elites: a do método de identificação delas (posicional ou decisional) e a de sua configuração interna (fragmentada ou integrada), mostrando qual a minha posição nesses debates. Ao final, apresentarei alguns pontos acerca do tema do recrutamento de elites e, em especial, do papel do sistema de ensino nesse processo.

No capítulo seguinte, começarei explicitando os critérios por meios dos quais foi determinado o universo da pesquisa (a classe dirigente paranaense no período de 1995 a 2006) e a abordagem metodológica para a coleta de dados. Procederei então à apresentação e análise de uma série de aspectos do perfil dessa elite, salientando, sobretudo, as conexões existentes entre atributos adstritos (cor, sexo, idade), origem social, escolaridade e acesso a determinado setor da classe dirigente. O objetivo geral, aqui, será mostrar a relação entre recursos sociais, mecanismos de recrutamento e perfil dos diversos setores da classe dirigente paranaense.

No último capítulo, começarei identificando o peso específico de determinadas instituições escolares e áreas de estudo no processo de reprodução dessa classe de agentes, mostrando o papel central que um pequeno grupo de cursos jurídicos continua desempenhando, a despeito dos processos de expansão e diversificação tanto do sistema de ensino quanto do Estado e da política, na formação da classe dirigente estadual. A partir disso, procurarei elaborar um conjunto de hipóteses a fim de explicar essa persistente ligação íntima entre tais cursos e o acesso às posições dirigentes.

Nas conclusões, apresentarei, como de praxe, as principais lacunas e deficiências da pesquisa, bem como uma síntese dos resultados obtidos e uma reflexão acerca da importância dos estudos sobre o ensino superior para a compreensão da dinâmica do espaço social nas sociedades contemporâneas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESTADO E SOCIEDADE

Uma das questões mais centrais da Ciência Política e da Sociologia Política é certamente aquela que diz respeito à relação entre o *Estado* (ou a *política*, em particular) e a *sociedade* que o engloba. Colocando em termos mais precisos, essa questão trata do grau de *autonomia* (ou *heteronomia*) do Estado frente a processos sociais bastante amplos, como o da distribuição diferencial de poderes (econômicos, sobretudo) na sociedade, o que é convencionalmente designado como “estrutura social” ou “econômica”.

Essa questão da autonomia estatal só pode ser compreendida completamente se levarmos em conta as várias formas por meio das quais o Estado relaciona-se com o meio social, e que podem ser sumarizadas, segundo a sugestão de David Easton (1965), em dois tipos, de acordo com a direção que assumem (do “ambiente” para o “sistema político” ou o inverso): *inputs* e *outputs*. Por *inputs* compreende-se o conjunto de demandas e interesses sociais que penetram o sistema político, com o objetivo de verem-se realizadas, após os trâmites do processo decisório e administrativo, na forma de *políticas públicas*; os *outputs*, por outro lado, são justamente esse produto final do processamento das demandas e interesses sociais, e que pode assumir um caráter mais ou menos deformado em relação ao início do trâmite, a depender da lógica interna do sistema político.

A questão da autonomia do Estado passa precisamente por esse ponto: em que grau os *outputs* estatais são fiéis aos interesses diversos (e antagônicos) que emanam de uma estrutura social marcada pela distribuição desigual de poderes? Ou, ligado a isso, há uma seletividade em relação a essas demandas, com alguns grupos sendo mais perfeitamente beneficiados do que outros? Partindo disso, pode-se enunciar o problema da autonomia em termos mais bem qualificados: qual o grau de independência do Estado frente aos interesses e demandas dos grupos sociais e, em especial, seguindo aqui o jargão marxista, daqueles referentes às classes ou frações economicamente dominantes (os detentores dos meios de produção)?

Nessa primeira dimensão, a autonomia é, portanto, uma autonomia frente à *classe economicamente dominante*. A pergunta a ser feita aqui é a seguinte: o poder político é um subproduto do poder econômico, sendo o Estado, portanto, um instrumento a serviço deste último, ou seja, de sua reprodução?

Mas o Estado e a sociedade relacionam-se ainda sob outra forma. Os *inputs* do “ambiente social” não se resumem às demandas e interesses dos vários grupos: o “sistema político” alimenta-se também do suporte *material e humano* da sociedade que o engloba – os impostos ocupam certamente um lugar central aqui, mas não mais do que o corpo de indivíduos, mais ou menos especializados, segundo as condições sociais e históricas, nas funções políticas e administrativas.

Ora, sabe-se que esse “suporte humano” não é produzido, em todos os seus aspectos socialmente pertinentes, dentro do âmbito estatal (ainda que o peso do treinamento e ressocialização profissional desses agentes, uma vez inseridos no Estado ou na política, possa ser bastante elevado na produção de suas disposições gerais⁵): ao contrário, ele é “recrutado”, sob diversas formas (concurso, eleição, indicação etc.), justamente no “ambiente social”. Isso significa dizer que os agentes estatais e políticos possuem uma trajetória social prévia (familiar, escolar, profissional), um *social background*, que levam consigo para seus postos funcionais, na forma de condicionamentos incorporados (o *habitus*, segundo Pierre Bourdieu).

Pode-se acrescentar, assim, uma segunda dimensão à questão da autonomia do Estado: sua independência (entenda-se: a de seus *outputs*) em relação ao perfil social de seu “suporte humano”, ou melhor, de sua *classe politicamente dirigente*⁶. Essa dimensão pode ser resumida na seguinte pergunta: classes políticas dotadas de perfis sociais distintos pensam e agem de modo também distinto, produzindo,

⁵ É assim que Weber fala, por exemplo, em uma *vocação burocrática* (1978, p. 958) e em uma *vocação política* (2002, p. 59), ou Bourdieu, em um *habitus político* (2003b, p. 169) ou *jurídico* (2003c, p. 216).

⁶ Utilizo o termo “classe política” (ou “classe dirigente”) em sentido semelhante ao de Gaetano Mosca, em seu *The Ruling Class* (1939), a fim de designar o conjunto de agentes que ocupam as posições formais de mando no Estado e na política ou estão em posição de influenciar as decisões ali tomadas. Não há parentesco, portanto, com a idéia de “classe detentora” ou de “classe reinante”, de Poulantzas (1986), que visa a detectar a base social (posição na estrutura econômica), respectivamente, da fração que monopoliza os postos burocráticos e controla o “aparelho do Estado” e daquela que comanda a “cena política”, ou seja, a luta parlamentar e partidária cotidiana.

assim, decisões divergentes? Ou, dito de modo mais abstrato, a “natureza” do Estado é um produto da “natureza” dos que ocupam o Estado?

A fim de aclarar alguns dos pressupostos teóricos da chamada “teoria das elites”, bem como as estratégias metodológicas associadas a esses pressupostos – e das quais este trabalho parte –, proponho compará-la a outras teorias contemporâneas, no que diz respeito às respostas dadas a esses dois problemas ligados à autonomia do Estado e da política: frente à classe (economicamente) dominante e frente à classe (politicamente) dirigente.

O quadro comparativo abaixo busca localizar as tomadas de posição teóricas quanto a essas duas questões.

QUADRO 1. TOMADAS DE POSIÇÃO TEÓRICAS QUANTO À AUTONOMIA DO ESTADO E DA POLÍTICA

	Classe dominante*	Classe política**	
Autonomia em relação à:	Sim	Sim	Neoinstitucionalismo de escolha racional
	Sim/Não	Sim	Marxismo estruturalista
	Sim	Não	Teoria das elites
	Não	Não	Marxismo elitista

NOTA: * Autonomia em relação aos *interesses* da classe economicamente dominante.

** Autonomia em relação ao *perfil social* da classe politicamente dirigente.

2.1.1 Autonomia frente à classe economicamente dominante

A política e o Estado – os processos que neles têm lugar, assim como os agentes que deles fazem parte – só podem ser construídos como *objetos específicos* de reflexão teórica e de pesquisa empírica com a condição de serem considerados *relativamente autônomos* ao mundo social que os engloba e, em especial, à estrutura econômica e aos interesses daqueles mais bem posicionados nela, a *classe economicamente dominante*, segundo a teoria e a terminologia marxistas.

A problemática elitista parte justamente desse pressuposto de autonomia, elegendo os detentores do poder político, mais ou menos identificados a partir das posições institucionais de governo, em suma, as *minorias politicamente ativas* – sua configuração interna, seus valores culturais, os recursos socialmente valorizados que possuem, sua origem e trajetória – como o objeto por excelência de uma ciência da política e da sociedade.

Outras problemáticas teóricas, contudo, partem igualmente desse mesmo pressuposto, ainda que tomando outros aspectos da política e do Estado como *variáveis independentes* de seus modelos. A linhagem *neoinstitucionalista*, muito embora, como lembram Hall e Taylor (2003, p. 193), não possa ser definida como uma corrente de pensamento unificada – admitindo, ao contrário, diferentes métodos de análise⁷ –, compartilha uma ênfase acentuada nas *instituições*, entendidas, de maneira geral, como “regras formais, procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da política e da economia” (THELEN; STEINMO, 1992, p. 2).

Isso significa que, ao analisar o mundo político e o Estado como “instituições”, o neoinstitucionalismo, principalmente em sua vertente de escolha racional, enfoca, sobretudo, seus aspectos *internos*, a ossatura própria do “aparelho de estado” e das regras do jogo político (as relações entre os poderes, entre os diversos órgãos e agências governamentais, as implicações dos sistemas eleitorais e partidários etc.), vistos como fatores determinantes na moldagem dos comportamentos dos agentes

⁷ Hall e Taylor dividem esses diferentes métodos de análise do neoinstitucionalismo em três vertentes principais: o neoinstitucionalismo de escolha racional, o histórico e o sociológico. Ver Hall e Taylor (1992).

políticos e estatais e, por essa via, dos *outputs* daí resultantes (produção legislativa, políticas públicas, decisões judiciais).

Seja enfatizando, como variáveis independentes de seus modelos explicativos, o perfil do conjunto de agentes que representam o suporte humano do sistema estatal e político – sua “classe política” ou “dirigente” – como fazem os elitistas, ou, em vez disso, as “regras do jogo”, a ossatura organizacional e a lógica própria em que eles estão inseridos, à maneira dos neoinstitucionalistas, essas linhagens teóricas possuem em comum a ruptura crítica com aquilo que acreditam ser uma relação de determinação simplista, estabelecida pelo marxismo, entre o poder econômico e o poder político. Esse simplismo reduziria o jogo parlamentar e partidário, por um lado, à insignificância (frente à única questão política de fato relevante, a da reprodução do modo de produção capitalista, jamais tocada ou ameaçada) e o Estado, por outro, à condição de instrumento político de reprodução das relações de dominação econômica (dado o seu caráter de classe), o que seria obstáculo a qualquer apreensão de sua lógica e organização internas.

Para os elitistas, não há uma associação direta e imediata entre os poderes econômico e político: “enquanto o marxismo define a classe dominante como a classe que simultaneamente exerce os poderes econômico e político, o elitismo parte do pressuposto segundo o qual pode haver uma classe dirigente que detém o poder político, ao mesmo tempo que classes proprietárias que detêm o poder econômico” (MARTUSCELLI, 2007 p. 1). Isso quer dizer que não há, para os elitistas, uma hierarquia anistórica entre os diversos tipos de poderes socialmente existentes (econômico, cultural, religioso, militar), principalmente no que diz respeito ao acesso que eles dão ao poder político, entendido como ocupação das posições centrais nos processos decisórios. Mosca, por exemplo, em sua tipologia das classes políticas, segundo o recurso em que baseiam seu predomínio sobre a maioria, qualifica quatro tipos distintos dessas classes: militar, plutocrática, sacerdotal e intelectual (MOSCA, 1939, cap. II). O predomínio pelo recurso econômico seria, assim, apenas uma possibilidade dentre outras.

Wright Mills, em seu *A elite do poder* (1981), obra central na renovação e retomada das teses elitistas clássicas, segue direção semelhante ao criticar a idéia de que a classe de capitalistas seja capaz de comandar, sozinha, os processos decisórios referentes às questões de maior importância nacional, sendo assim o

locus do poder político (p. 328). Ao contrário, caberia a uma “elite do poder”, formada pela conjugação de agentes dotados de diferentes recursos – militares, políticos e econômicos –, a condução das decisões políticas mais fundamentais (ao menos no caso da sociedade estadunidense, já que Wright Mills não estabelece a existência de uma “elite do poder” como um fenômeno universal e implacável).

Além de defenderem a existência de uma pluralidade de poderes socialmente relevantes e a historicidade de sua hierarquização ou conjugação no estabelecimento do poder político, o elitismo ataca a noção de “classe dominante” ainda sob um segundo aspecto: segundo os autores vinculados a essa abordagem, a condição de elite ou minoria politicamente ativa inclui *condicionamentos e interesses específicos* que são irreduzíveis àqueles existentes fora de seu âmbito – na estrutura econômica, por exemplo.

Suzanne Keller (1967, p. 65-71), em sua definição de “elites estratégicas”, chama a atenção para o peso da *especialização funcional* sobre a autonomização dessas elites: por conta das especificidades de sua posição (como políticos profissionais, burocratas, dirigentes de empresas) – tarefas específicas a serem cumpridas e constrangimentos profissionais distintos – cada segmento estratégico tende a tornar-se autônomo, quanto ao seu perfil (social, organizacional, ideológico), em relação não apenas à sociedade como um todo (aos interesses e aos grupos que aí se delineiam), mas até mesmo em relação ao seu próprio grupo de origem (aquele do qual foram recrutados). Tal processo de especialização funcional das elites instauraria, assim, uma cisão fundamental entre elas e os demais grupos sociais (as classes econômicas, em especial).

Dada essa cisão entre os interesses próprios das minorias politicamente ativas (do qual a perpetuação no poder é, sem dúvida, a principal delas) e aqueles dos demais segmentos sociais (incluídos aí os da classe economicamente dominante), seria infundado procurar entender a política e o Estado segundo a chave interpretativa da *representação de interesses* (exteriores a eles, ou seja, sociais). Nesse sentido, as elites não seriam procuradoras dos interesses de outrem, mas apenas daqueles nascidos de sua própria condição específica de grupo funcional, especializado no controle do poder político.

A perspectiva neoinstitucionalista enfoca justamente esses constrangimentos específicos (parte central da idéia de “instituição”) a que estão submetidos aqueles agentes especializados nas funções de mando, na política e no Estado. Isso é radicalizado ao ponto de uma de suas vertentes, o neoinstitucionalismo de escolha racional, simplesmente descartar qualquer alusão ao *social background* dos agentes (ou ao “processo de formação de suas preferências”, segundo o jargão específico dessa linhagem), tido como inócuo para a explicação dos seus comportamentos. Ao contrário, parte-se do pressuposto teórico da intercambialidade dos agentes (estabelecidos, desde já, como autointeressados, racionais e utilitários quanto à maximização de seus interesses)⁸, deixando que a relação de causalidade seja construída apenas em função da relação entre o “desenho institucional” (variável independente) e o comportamento daqueles nele inseridos (variável dependente). Deixando de lado, igualmente, os processos históricos de formação dos desenhos institucionais (algo que a vertente histórica do neoinstitucionalismo procura incluir no modelo), o neoinstitucionalismo de escolha racional propõe uma análise da política e do Estado completamente desvinculada de variáveis sociais, tratando esses universos como *inteiramente autônomos*.

E como os autores marxistas, por seu turno, lidam com os postulados de autonomia do Estado e da política, levantados, como vimos, pelo elitismo e pelo neoinstitucionalismo? Como é bem sabido, o fulcro da análise política e da teoria do Estado de inspiração marxista consiste justamente no estabelecimento do *caráter de classe* tanto do Estado, em oposição à idéia do ente estatal como representante do “interesse coletivo”, quanto dos atores em luta na cena política, em oposição a uma visão “subjetivista” dos partidos e parlamentares como defensores de “causas” e “bandeiras” (república ou monarquia; esta ou aquela casa real). Esse postulado, no que diz respeito especificamente ao Estado, foi sintetizado de maneira célebre por Marx e Engels no *Manifesto comunista*: “O [poder] executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (1998, p. 42).

⁸ Sobre isso, afirmam Hall e Taylor: “De modo geral, [os neoinstitucionalistas de escolha racional] postulam que os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos (conformando-se habitualmente a condições muito precisas, como o princípio da transitividade) e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência num alto [grau] de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos” (2003, p. 205).

Esse fio-condutor da teoria política marxista, contudo, embora dê uma direção inequívoca à análise, é evidentemente insuficiente quando se trata de compreender o funcionamento empírico dos parlamentos e dos poderes executivos. Embora sem a devida sistematização, o próprio Marx desenvolveu, nas chamadas *obras históricas*, uma série de refinamentos e matices para esse postulado fundamental. Foi a partir desses desenvolvimentos não sistematizados presentes na própria obra marxiana (ou a partir de sua reinterpretação), que teóricos políticos franceses como Nicos Poulantzas puderam, a partir da década de 1960, propor uma “teoria marxista do Estado e da política” que não se resumisse à fórmula telegráfica do “caráter de classe” dessas instituições.

Sinteticamente, essas novas contribuições, tal como aparecem em Poulantzas, centram-se na separação (conceitual) entre *poder de Estado* e *aparelho de Estado*. Este último representaria a “ossatura material própria” (POULANTZAS, 1985, p. 17) do sistema estatal, sua configuração interna, com seus vários órgãos e centros decisórios, além de seus processos administrativos e burocráticos próprios. Seria, em suma, o “*lugar a partir do qual se exerce o poder*” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009a, p. 147; grifos no original), lugar esse ocupado pelo corpo de burocratas. O *poder de Estado*, por sua vez, designaria a relação entre as decisões estatais e as classes ou frações por elas beneficiadas: teria, portanto, o “poder de Estado”, a classe ou fração (chamada então de *hegemônica*) que tivesse seus interesses fundamentais atendidos pelos *outputs* do sistema estatal.

É graças a essa distinção que Poulantzas pode postular, ao mesmo tempo, e numa aparente contradição, a autonomia do Estado (de seu aparelho) em relação à classe dominante e a dependência ou caráter de classe dele (de seu “poder de Estado”) em relação ao cumprimento dos interesses objetivos da classe ou fração hegemônica. Em outras palavras, isso significa dizer que os membros da classe dominante não precisam ocupar *fisicamente* os principais postos do poder Executivo, ou do Parlamento, para terem seus interesses fundamentais garantidos: eles bem podem ser ocupados por outras classes ou frações – a questão fundamental é que o poder de Estado *sempre coincide* com o poder de classe dos dominantes; do contrário, ele não seria capaz de cumprir sua principal “função objetiva”: a de manter a coesão de uma formação social determinada, reproduzindo as condições de possibilidade de seu modo de produção.

Essa autonomia do Estado, portanto, não ocorre em relação aos *interesses* fundamentais da classe ou fração economicamente dominante (esse é justamente o mínimo denominador comum intocável das teorias políticas de inspiração marxista), mas sim em relação ao *perfil social* de sua classe política (entendida no sentido de Mosca, como o conjunto de agentes que ocupa *diretamente* os postos formais de decisão política).

2.1.2 Autonomia frente à classe politicamente dirigente

Em comum, tanto o marxismo estruturalista quanto o neoinstitucionalismo recusam radicalmente a problemática elitista, negando qualquer relação de causalidade significativa entre o *perfil* das classes políticas (sua origem e trajetória sociais; sua escolarização e treinamento; seus valores culturais), suas *práticas* decisórias (na política e na administração) e o desempenho geral das instituições em que estão inseridos (os *outputs* dos sistemas político e estatal). Tal recusa se fundamenta no peso que essas linhagens teóricas atribuem aos *constrangimentos objetivos* que as instituições políticas e estatais exercem sobre o comportamento dos agentes nelas inseridos.

No caso específico do neoinstitucionalismo de escolha racional, como dito anteriormente, esses constrangimentos objetivos à ação dos atores são aqueles oriundos do “desenho institucional”, entendido como o conjunto de regras (explícitas ou implícitas; formais ou informais) que estruturam as interações dentro de uma dada instituição. O comportamento dos atores, aqui, longe de ser um produto de suas trajetórias pregressas (*social background* ou *habitus*) – como no caso do elitismo – é tratado como uma adaptação ótima (racional e maximizadora de interesses) ao desenho institucional em questão, tido como variável independente do modelo causal. Sob essa perspectiva, os atores que ocupam os postos políticos e administrativos – a classe política – são incluídos no modelo teórico apenas como agentes intercambiáveis, e não como agentes qualificados (por determinada origem social, trajetória profissional ou ideologia política). Tanto o funcionamento interno das instituições quanto os seus *outputs* seriam, assim, autônomos em relação às especificidades da classe política.

O marxismo estruturalista, embora não parta do mesmo pressuposto de racionalidade instrumental e de intercambialidade dos agentes, endossa igualmente a tese de que a natureza da classe política não é relevante para a explicação do funcionamento do Estado e de seu caráter de classe. Em vez disso, dever-se-ia perseguir os *vínculos objetivos* que ligam o Estado e a política à estrutura de interesses de classe e ao modo de produção que eles reproduzem⁹. A partir desse pressuposto teórico, a verdadeira questão da teoria política marxista deveria ser não “quem governa?”, mas sim “quais relações sociais o Estado reproduz?” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009b, p. 249).

Mas, mesmo dentro da linhagem marxista (e compartilhando, portanto, do pressuposto do caráter de classe do Estado), a rejeição à problemática elitista não é completa. Autores como Tom Bottomore e Ralph Miliband, erigindo-se contra o “superdeterminismo estrutural” das análises poulantzianas, advogam a *complementaridade* entre a problemática das elites e aquela das classes sociais. Mais do que os “vínculos objetivos” entre o Estado capitalista e a estrutura de classes, seria o perfil da *elite estatal*¹⁰, segundo Miliband (1972), que permitiria de fato explicar o caráter classista desse Estado, comprovando então empiricamente aquilo que o marxismo estruturalista tinha apenas como pressuposto. Essa comprovação viria por meio da demonstração da identidade de classe entre a elite estatal e as classes economicamente dominantes, de onde a primeira seria recrutada. Por conta dessa origem social compartilhada entre os dois segmentos e da comunidade de interesses assim criada, o Estado teria sempre a tendência de favorecer, em suas políticas, as demandas dos capitalistas.

⁹ Ainda que Poulantzas permaneça num nível por demais abstrato na qualificação desses “vínculos objetivos”, outros autores neomarxistas aprofundaram um pouco mais esse ponto: “Parecem pouco contestáveis empiricamente as teses dos neomarxistas sobre a dependência estrutural do Estado frente ao capital, tal como sugerida pelos ‘derivacionistas’ [...], ou os mecanismos de ‘seletividade estrutural’ de interesses sociais no âmbito do processo decisório, como enfatizado por Offe” (PERISSINOTTO; CODATO, 2009b, p. 246).

¹⁰ A noção de “elite estatal”, em Miliband, parece ser plenamente intercambiável com outras típicas do elitismo clássico, como é o caso da “classe política”, de Mosca. A diferença, contudo, reside na ênfase de Miliband sobre a ligação dessa elite com a classe economicamente dominante, de onde a primeira provém. A noção de classe política, contudo, não implica qualquer tipo de representação de interesses que não aqueles da própria classe política.

Sob essa perspectiva, a política e o Estado não seriam autônomos em relação aos interesses da classe economicamente dominante *justamente* por também não o serem em relação à classe política que os anima.

2.1.3 Síntese: a “classe dirigente” como ponto de mediação

Procurei, sumariamente, aclarar alguns dos pressupostos da problemática elitista, contrastando-a com três outras linhagens teóricas contemporâneas, mais ou menos simpáticas a suas teses. Se as realidades designadas pelas noções de “elite” ou “classe dirigente” (ou qualquer outro termo correlato) justificam-se como *objetos específicos* de análise, seja para o estudo do desempenho das instituições estatais ou, como no caso deste trabalho, dos mecanismos de seleção e direcionamento que compõem o processo sucessório (reprodução social), isso se deve, penso, a duas vantagens teórico-metodológicas que essa problemática propicia:

1) Contra as análises puramente classistas, o elitismo postula uma pluralidade de poderes (econômico, político, religioso, cultural, escolar etc.), relativamente independentes uns dos outros, ainda que hierarquizados. Isso torna possível uma apreensão dos diversos campos sociais (e, sobretudo, da política e do Estado) que não os reduz à estrutura econômica nem aos interesses das classes e frações aí dominantes, evitando que se tome como um postulado aquilo que deveria ser apenas uma hipótese: o caráter de classe de tal ou qual instituição, ou sua funcionalidade para a reprodução da estrutura econômica.

A definição de “elites estratégicas”, de Suzanne Keller, ilustra bem esse ponto, ao enfatizar a autonomização parcial que a especialização funcional (como políticos, burocratas, magistrados etc.) promove em relação ao pertencimento de classe (origem social) dessas elites. Expostas a longos processos de treinamento profissional e inseridas em contextos organizacionais específicos (dotados, assim, de tarefas, interesses e ideologias próprias), o perfil dessas elites não é redutível à posição na estrutura econômica.

2) Contra as análises puramente internalistas dos campos sociais (como é o caso do neoinstitucionalismo de escolha racional, que expurga de seu modelo todo tipo de variável “societal”), a noção de elite permite reinserir o contexto de classes em que tais campos estão inseridos, sem precisar recorrer, contudo, à tentação de

postular, *a priori*, “vínculos objetivos” entre esses diferentes níveis sociais, e escapando, assim, do risco de recair no que Miliband chama de “superdeterminismo estrutural”. Embora o perfil das elites estratégicas, como frisa Keller, não possa ser inteiramente reduzido à sua origem social, também não se pode negar o peso que tais determinações de origem possuem na construção desse perfil (e no acesso às posições de elite em que ele recebe sua especificação funcional).

Resumindo, creio que a noção de “elite” permite tomar a relação entre a *estrutura de classes* e as *instituições funcionalmente diferenciadas* (parlamento, agências burocráticas, poder Judiciário) em termos menos reducionistas ou exclusivistas, funcionando como ponto de mediação e conexão entre essas duas formas de divisão social (entre classes e entre grupos e instituições funcionais).

2.2 O MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO E A CONFIGURAÇÃO INTERNA DA CLASSE DIRIGENTE

Duas questões impõem-se de imediato a qualquer estudo que tenha como objeto a “classe dirigente”: primeiramente, a do método mais adequado de defini-las, que pressupõe sempre uma determinada concepção do que é o “poder” e de como ele é detido ou exercido. Além desse problema de *identificação* das elites, outro fundamental é aquele que diz respeito a como se concebe a *configuração interna* delas, seja enfatizando o que possuem em comum (sua integração) ou o que é particular a cada segmento delas (sua fragmentação, portanto). Na literatura, esses dois problemas aparecem de modo bastante interligado, sobretudo na polêmica entre o elitismo renovado (Charles Wright Mills) e o pluralismo ou elitismo democrático (Robert Dahl). Apresento a seguir os pontos principais desse debate fundamental para a problemática elitista.

2.2.1 Monismo e pluralismo. Posições e decisões.

A teoria elitista clássica – de Pareto, Mosca e Michels – surgiu num momento bastante singular da história europeia: durante todo o século XIX, assistiu-se, nas principais potências do continente, à ascensão do poder político de grupos sociais até então excluídos das decisões públicas, ascensão que se expressava tanto na

expansão dos direitos políticos (de voto, organização e elegibilidade) quanto na proliferação de discursos críticos à ordem vigente (socialismos, anarquismos e marxismos). À essa radicalização, prática e teórica, do ideal democrático, os teóricos elitistas responderam com uma argumentação que se fundamentava “em uma concepção essencialmente desigual da sociedade, marcada por uma atitude pessimista da natureza humana, uma forte desconfiança das massas e uma grande incredulidade em relação à democracia” (PERISSINOTTO, 2009, p. 18).

Inseridos numa atmosfera ideológica fortemente influenciada pelas correntes do darwinismo social e pelos estudos acerca da “psicologia das multidões”, esses primeiros teóricos do elitismo, a despeito de suas diferenças internas, compartilhavam uma mesma visão das “massas” como inerentemente inábeis para as coisas políticas, tendendo, por conta disso, à abstenção e à apatia. Sobre isso, diz Michels:

There is no exaggeration in the assertion that among the citizens who enjoy political rights the number of those who have a lively interest in public affairs is insignificant. In the majority of human beings the sense of an intimate relationship between the good of the individual and the good of the collectivity is but little developed. Most people are altogether devoid of understanding of the actions and reactions between that organism we call the state and their private interests, their prosperity, and their life (MICHELS, 2001, p. 37).

Ligada a essa apatia, estaria também a sujeição irresistível das massas diante dos discursos emotivos e irracionais dos líderes demagogos, capazes de transformar a inabilidade política da multidão em apoio cego para projetos autoritários. É aí que residiria o perigo maior da democracia, que, ao expandir os direitos de participação, potencializaria conseqüentemente a ascensão do irracionalismo à esfera política (PERISSINOTTO, 2009, p. 17). A “lei de ferro das oligarquias” (Michels) ou a história humana vista como uma “circulação das elites” (Pareto) possuía, assim, uma dimensão inescapavelmente normativa: sim, a condução dos assuntos coletivos foi desde sempre tarefa de uma minoria politicamente ativa, e é bom que assim tenha sido e que assim continue, a fim de que se garanta permanentemente a racionalidade dessa condução.

Se os elitistas europeus recusavam de maneira mais ou menos total o princípio democrático, certa tradição do pensamento político norte-americano soube redefini-lo em bases próprias, distintas das concepções radicais (ou maximalistas)

de democracia (aquelas de linhagem rousseauniana, por exemplo). É assim que o *pluralismo* pode construir sua própria teoria democrática, em grande parte baseada no que se entendia ser o funcionamento básico da política americana: “This claim was based on the assumptions that a theory of democracy could be derived from the practice of American politics and that democracy could be defined in terms of pluralism and the process of group conflict and compromise” (GUNNEL, 1996, p. 253).

Ainda que o pluralismo admita um sem-número de diferenciações internas, os autores a ele ligados partiam de uma mesma ênfase nos *grupos de interesse* (e suas interações) como as forças motrizes da vida política. Assim como os elitistas clássicos, eles também compartilhavam a idéia de que são as minorias politicamente ativas os atores centrais dos processos decisórios que têm lugar nas arenas estatais e parlamentares, e não as grandes coletividades, como as classes sociais ou a sociedade civil. Ainda em consonância com o elitismo, recusavam também a existência de um “interesse universal” (ou seja: comum a toda a sociedade), cuja realização caberia ao Estado. Contra isso, opunham a noção de uma sociedade essencialmente fragmentada, e, portanto, habitada por uma *pluralidade* de interesses, que encontrariam sua realização por meio da ação política dos vários grupos que os representam.

Como consequência, o Estado e a política foram redefinidos como arenas em que a multiplicidade dos grupos e interesses poderia se expressar e se confrontar, e não mais como entidades institucionais dotadas de uma ossatura própria e, assim, passíveis de serem estudadas em si mesmas: “Elements of government, such as the executive, the legislature, and the legal system were understood in terms of the interests brought to bear on and expressed through them” (*ibidem*, p. 257); ou ainda: “The legislature [...] was really a forum for interest groups, and government in general should be conceived as an ‘arbitrator’” (*ibidem*, p. 259).

Se os pluralistas foram capazes, ao contrário dos elitistas clássicos, de conciliar o princípio democrático com a noção (descritiva e normativa) das minorias (os “grupos de interesse”) como os atores políticos fundamentais, isso ocorreu ao preço de uma redefinição da teoria democrática, colocada então em termos “realistas” ou “minimalistas”: não se tratava mais de pensar a democracia em termos de “soberania popular” ou de “interesses universais”, mas sim como um *arranjo*

social e político que permitiria e incentivaria a existência de *grupos autônomos* (em relação uns aos outros, mas, também, e principalmente, em relação ao Estado) e a *livre competição* entre eles, por meio do jogo eleitoral. Às massas, aqui igualmente tidas como apáticas e inábeis, caberia o papel passivo de escolha das lideranças políticas que iriam governá-las (PERISSINOTTO, 2009, p. 130).

Seria, portanto, a diferenciação social, somada à dispersão dos recursos (econômicos, culturais, sociais) e à livre competição entre os grupos, que evitaria a constituição de uma única “classe dirigente”, capaz de impor sua vontade aos demais. Esse empreendimento de redefinição da idéia de democracia fica particularmente claro no esforço de Robert Dahl em criar uma terminologia específica para essa visão realista da teoria democrática: “Alguns leitores certamente resistirão ao termo poliarquia como alternativa para a palavra democracia, mas é importante manter a *distinção entre democracia como um sistema ideal e os arranjos institucionais que devem ser considerados como uma espécie de aproximação imperfeita de um ideal* (DAHL, 1997, p. 31; sem grifos no original). O termo “poliarquia” permitiria, portanto, conciliar o fato da predominância das minorias sobre as majorias com uma defesa da democracia, entendida como todo tipo de mecanismo limitador da constituição de uma única “classe dirigente”.

Segundo esses parâmetros, a sociedade norte-americana, para os pluralistas, atenderia a todos os requisitos de uma sociedade democrática (ou poliárquica): dispersão dos recursos e poderes num ambiente socialmente diferenciado, com livre competição entre os grupos formados por essa diferenciação, impedindo assim o predomínio acentuado de um deles sobre os demais. Esse diagnóstico, contudo, foi duramente desafiado principalmente pelo sociólogo Charles Wright Mills, que insistia na aplicabilidade da idéia básica do elitismo clássico (a existência de uma “classe dirigente” coesa e unificada) ao caso americano contemporâneo.

Ao contrário dos pluralistas, com sua ênfase nos grupos de interesse, e dos marxistas, que enfatizavam a estrutura de classes, Mills localizava o poder em instituições e organizações (DOMHOFF, 1990, p. XIV), que transmitiriam, aos indivíduos que delas fazem parte, uma influência decisiva sobre os processos decisórios políticos e estatais. Todo o seu *A elite do poder* (1981) é uma tentativa de demonstrar, a despeito da insistência pluralista na dispersão do poder, que a política americana é controlada por uma minoria altamente integrada, que detém uma gama

de recursos socialmente relevantes (justamente a “elite do poder”, que dá nome ao livro).

Mas diferentemente dos clássicos do elitismo europeu, Mills não compreendia a existência dessa elite como uma fatalidade ou lei histórica: “Não é minha a tese de que, em todas as épocas da história humana e em todas as nações, uma minoria criadora, uma classe dirigente, uma elite onipotente, condiciona os fatos históricos” (MILLS, 1981, p. 30); ao contrário, a questão da existência ou não de uma elite desse tipo, bem como a natureza dela, seriam hipóteses a serem testadas em cada caso particular.

Além dessa ênfase na historicidade da “elite do poder”, Mills também possuía um rigor metodológico muito maior, em relação aos precursores do elitismo, na definição de seu objeto de estudo: primeiramente, ao definir que o “poder” que caracteriza a elite em questão diz respeito à capacidade de tomar as *decisões mais relevantes de consequência nacional*; depois, ao especificar que esse poder é eminentemente *institucional*: “O poder não pertence a um homem. A riqueza não se centraliza na pessoa do rico. A celebridade não é inerente a qualquer personalidade. Ser célebre, ser rico, ter poder, exige o acesso às principais instituições, pois as posições institucionais determinam em grande parte as oportunidades de ter e conservar essas experiências a que se atribui tanto valor” (MILLS, 1985, p. 19).

Partindo dessas especificações, o grupo a ser estudado é justamente o dos ocupantes das mais altas hierarquias das principais organizações da sociedade moderna americana. Segundo Mills, três ordens institucionais ocupariam essa centralidade na produção das políticas nacionais de maior relevância: as grandes corporações econômicas, o governo federal e as forças armadas. Isso se daria em função do processo de monopolização de recursos e do conseqüente aumento na capacidade de ação que essas organizações teriam experimentado durante a primeira metade do século XX, com a formação de grandes conglomerados econômicos (em oposição à antiga dispersão das empresas “familiares”), de um governo federal forte (em detrimento da autonomia dos estados) e de um aparelho militar dotado de uma importância social sem precedentes (em contraposição ao seu estado no período anterior às guerras mundiais).

O método de identificação da “elite do poder”, em Mills, é, portanto, *posicional*, já que identifica o poder (definido como influência nas decisões políticas mais relevantes) com as *posições* ocupadas pelos agentes nas organizações centrais da sociedade: não se tratam, assim, de quaisquer posições, mas de *postos* ou *cargos* institucionalizados, em organizações formalizadas e hierarquizadas. Daí seu projeto poder ser caracterizado como uma “sociologia das posições institucionais” (MILLS, 1985, p. 63). O âmbito da elite, por sua vez, é *nacional*, já que o foco do estudo, como já dito, reside apenas nas políticas com conseqüências nacionais, excluindo-se, portanto, as classes dirigentes regionais e locais.

A partir desse conjunto de critérios, e do recorte da população a ser estudada daí derivado, o objetivo de Mills era o de descobrir qual a *configuração interna* desse conjunto de agentes ocupantes das principais posições institucionais do país. Resumindo, a questão era saber até que ponto os pluralistas estariam corretos ao afirmar a multiplicidade das minorias politicamente ativas ou, ao contrário, se o que existiria seria uma minoria homogênea (quanto ao seu perfil social) e coesa (quanto aos seus valores e interesses), em suma, tudo aquilo que a idéia de “elite do poder” procurava designar.

Para responder a essa questão, Mills procedeu a uma análise das origens sociais, das trajetórias escolares e profissionais e de outras propriedades sociais relevantes (etnia, religião) desse conjunto de agentes, com vistas a determinar o grau de integração entre as cúpulas das três ordens institucionais selecionadas. Entre seus achados, destacaram-se, sobretudo, dois aspectos: 1) a homogeneidade étnica e religiosa, além de uma origem social e de um perfil ocupacional bastante semelhantes entre os membros das três cúpulas; somado a isso, a passagem por determinadas instituições escolares-chave, como as *boarding schools* (as escolas preparatórias de ensino médio) privadas e as universidades integrantes da Ivy League; 2) a intensa mobilidade dos agentes entre as três ordens: assim, gerais transformavam-se em altos executivos de empresas privadas; burocratas e executivos, em políticos; políticos, em empresários; e assim por diante, colaborando para uma aproximação entre as diferentes instituições e para uma convergência entre seus interesses¹¹.

¹¹ Vale a pena transcrever aqui as próprias palavras do autor: “[a elite do poder é] uma coalizão de gerais no papel de diretores de empresas, de políticos fantasiados de gerais, de dirigentes

Esses dados, argumentava Mills, serviriam para comprovar a existência de uma minoria dirigente homogênea e coesa, uma “elite do poder”, que comandaria os processos decisórios mais relevantes da política norte-americana.

O contra-ataque pluralista, contudo, em sua forma mais contundente, veio com os trabalhos de Robert Dahl (1958;1997). Em seu *Critique of the Ruling Elite Model*, Dahl critica explicitamente o método posicional de Mills, afirmando a impossibilidade de se comprovar a hipótese de uma “elite do poder”, senão por meio de uma análise do próprio processo decisório. Seria preciso mostrar, em suma, que essa elite consegue impor, *contra a resistência* de outros grupos sociais, seus próprios interesses em todas ou em boa parte das decisões políticas fundamentais, e não derivar esse poder da mera detenção de postos institucionais:

I do not see how can anyone can suppose that he has established the dominance of a specific group in a community or a nation without basing his analysis on the careful examination of a series of concrete decisions. And these decisions must either constitute the universe or a fair sample from the universe of key political decisions taken in the political system (DAHL, 1958, p. 466; grifos no original).

O método *decisional*, de Robert Dahl, parte, portanto, da identificação das preferências dos diversos grupos em relação a uma determinada política, para em seguida estabelecer quem, de fato, consegue impor o seu interesse sobre os demais. Se um mesmo grupo fosse capaz de se impor em todos os casos, só então poderia receber a designação cunhada por Mills. Ao aplicar esse método à análise da política em sua cidade natal, New Haven, Dahl (1997) procurou mostrar que não havia uma única liderança à frente de todos os processos decisórios (política de reurbanização, política educacional, escolha dos candidatos a prefeito) que ocorriam naquele sistema político, mas sim uma multiplicidade de grupos de interesse, cada um com uma ligação especial com cada questão em pauta.

Ainda que Dahl (1997, p. 90-91) reconheça a divisão entre um “estrato político” (aqueles diretamente envolvidos nas atividades políticas) e um “apolítico” (a maior parte da população, cuja participação muitas vezes se reduz exclusivamente

econômicos agindo como políticos, de servidores públicos que se tornam maiores, de vice-almirantes que são também assistentes de um funcionário de algum ministério que é, por sinal, um autêntico membro da elite administrativa (MILLS, 1981, p. 329).

ao voto), endossando assim a premissa elitista, ele o faz lembrando que esse estrato governante não pode ser visto como uma “elite do poder”, tanto pela dispersão de recursos (que impede o predomínio de um mesmo grupo em todos os confrontos decisórios) quanto pela responsividade que os governantes em geral possuem, por conta da sanção eleitoral, em relação aos eleitores, impedindo, dessa forma, um exercício de discricionariedade sem limites.

2.2.2 Síntese

Apresentei sumariamente o debate entre Charles Wright Mills e Robert Dahl, procurando salientar suas diferenças quanto ao problema de identificação da “elite” (métodos posicional e decisional) e de determinação de sua configuração interna (monista ou pluralista). Cabe agora explicitar minha posição diante dessas questões, bem como os pressupostos que adotarei nesta pesquisa.

Como dito anteriormente, penso que o estudo da “classe dirigente” de um determinado sistema político e estatal baseia-se em ao menos dois pressupostos:

1) O de que a inserção em instituições formais e hierarquizadas – tais como o parlamento, os órgãos executivos, o poder judiciário – agrega, aos agentes, interesses e disposições que são irredutíveis àquelas de sua origem socioeconômica (de classe, no sentido marxista). Seguindo a sugestão de Keller, isso quer dizer que a condição de “elite estratégica”, dotada de funções sociais bastante específicas (de governo, de produção de leis, de resolução jurídica de conflitos) e de um processo de ressocialização e treinamento profissional mais ou menos intensos, cria uma autonomia ao menos parcial perante os condicionantes anteriores desses agentes. Esse pressuposto de autonomia, penso, é a condição para tratar esses universos (e as populações que deles fazem parte – as elites), por si mesmos, como objetos de pesquisa, o que não significa abandonar a análise das influências “externas” (ou “societais”), à maneira do neoinstitucionalismo de escolha racional¹².

¹² Parece-me que o conceito de “campo”, de Pierre Bourdieu, aspira justamente a esse tratamento dos mundos político, burocrático, jurídico (ou, ainda, artístico, intelectual, científico etc.) como microcosmos sociais relativamente autônomos às determinações do espaço social, que só se fazem sentir neles sob uma forma transformada, ou seja, refratada segundo as lógicas específicas de cada um desses microcosmos. Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de “campo”, ver Bourdieu (2003d); e, especialmente, Bourdieu e Wacquant (1992, p. 16-19; 98-120).

2) A inserção nesses universos relativamente autônomos não torna, contudo, esses agentes intercambiáveis e seus perfis sociais e trajetórias, por sua vez, insignificantes para o entendimento de suas práticas (como políticos, administradores públicos ou magistrados) ou dos *outputs* das instituições em que estão inseridos (leis, políticas públicas ou decisões judiciais). Ao contrário, parte-se do pressuposto de que a natureza dos agentes que animam esses universos *importa*, ou seja, influencia tanto as suas práticas quanto o funcionamento geral das instituições. Isso não significa adotar, entretanto, uma perspectiva instrumentalista e voluntarista, que trataria o Estado, por exemplo, como um meio para a realização de efeitos necessariamente pretendidos e projetados pela elite que o controla, mas apenas que o perfil desta altera o perfil daquele, numa causalidade *objetiva*, ou seja, para além das vontades e consciências.

Partindo desses pressupostos, tanto os elitistas clássicos quanto aqueles que aceitam sua problemática (seja o “elitismo renovado”, de Mills e Domhoff, seja o “marxismo elitista”, de Miliband e Bottomore) identificam o poder da classe dirigente como fundamentado nas posições institucionais de mando que ela controla. Essa identificação entre o “poder formal” e o “poder real”, contudo, como defende Dahl, é no mínimo apressada, se não levar em conta uma análise detida dos processos decisórios e dos conflitos que aí se dão, única forma de comprovar de fato a natureza de “elite” de um determinado grupo. Ainda que essa ressalva pluralista esteja correta, penso que o método posicional – que adoto neste trabalho – pode ser defendido de duas formas:

1) Mesmo que a distribuição do “poder real” dos grupos, ou seja, suas capacidades de imporem seus interesses contra as resistências alheias, não corresponda *completamente* à distribuição do “poder formal” (o domínio dos cargos), não parece sensata a hipótese de que essas duas distribuições não possuam um alto grau de *sobreposição*. Parece-me extremamente improvável a existência de um poder sobre os processos decisórios que não passe, de alguma maneira, pela posse dos cargos-chave das instituições em que esses processos têm lugar, ou então em organizações formais capazes de influenciá-las (partidos, sindicatos, grandes empresas). Isso é especialmente verdadeiro no caso das sociedades contemporâneas, em que as relações sociais apresentam um alto grau de formalização (jurídica, sobretudo).

2) A possessão de cargos nas altas hierarquias das instituições políticas e administrativas pode ser vista, por si só, como um forte indício das relações de força existentes entre os vários grupos sociais num determinado momento histórico, constituindo-se numa questão cientificamente tão legítima (e relevante) quanto aquela dos “vencedores” nos processos decisórios. Não há por que reduzir, acredito, o “poder real” à esfera das decisões: é preciso incluir aí tanto a maneira como se “produz” os decisores (onde e como são recrutados) quanto os efeitos *de facto* das decisões tomadas (quem se beneficia e quem é prejudicado).

Neste trabalho, como já dito em outros momentos, meu objetivo não é o de relacionar o *perfil* daqueles que controlam as altas hierarquias das grandes instituições decisoras com suas *ações* nessas arenas, mas apenas utilizar esse perfil como *um conjunto de indícios* a respeito dos mecanismos sucessórios em vigor num determinado período. Isso significa tentar responder à pergunta de por que, numa sociedade em que as posições de mando estão formalmente à disposição de todos os cidadãos legalmente habilitados para tal, a natureza de seus ocupantes continua sendo tão pouco representativa da população em geral.

Empregarei o termo “classe dirigente” (no sentido de Mosca), a fim de designar o conjunto de agentes que ocupam as mais altas posições hierárquicas nas principais instituições em que são tomadas as *decisões públicas*, ou então em organizações fortemente ligadas a essas instituições, e capazes, portanto, de influir em seu funcionamento. Parto, assim, de uma definição posicional, à maneira de Mills. É preciso lembrar, contudo, que a população assim recortada é uma “classe *no papel*” (entenda-se: produzida a partir de um modelo teórico), e não uma “classe *real*”, unificada e mobilizada para atingir coletivamente interesses também coletivos. Essa distinção é fundamental, já que os elitistas clássicos (Mosca incluído), e mesmo Mills, tendem a tratar as minorias politicamente ativas como “atores coletivos”. Contra essa tendência, é preciso ressaltar que o compartilhamento de uma mesma origem e trajetória sociais, de mesmos valores culturais, em suma, de um perfil social comum, não diz nada sobre a existência de um grupo mobilizado e coeso, ainda que possa definir a probabilidade de que ele se constitua como tal¹³.

¹³ Sobre a distinção entre as classes teoricamente construídas pelo analista (“classes no papel”) e as classes produzidas por um trabalho de mobilização política (“classes reais”), ver Bourdieu (2003e, p. 136).

2.3 O RECRUTAMENTO DA CLASSE DIRIGENTE

Até o momento, neste capítulo de fundamentação teórica, procurei justificar a escolha da “classe dirigente” como objeto particular de análise (contra, portanto, as problemáticas do marxismo estruturalista e do neoinstitucionalismo, que relegam tal objeto à insignificância) e defender o método posicional de definição dessa classe (opondo-me aqui, sobretudo, à crítica dahlsiana e à definição de “elite” feita em termos exclusivamente decisoriais). Mas existe ainda um terceiro ponto fundamental, que se soma aos anteriores, para o estudo de minorias dirigentes: é aquele que diz respeito aos processos sociais de *produção* dessas minorias do poder, e que comumente recebe a designação de “recrutamento de elites”.

Como dito anteriormente, a problemática elitista oferece ao menos duas perspectivas de análise: 1) ela postula a existência de uma causalidade entre o perfil das classes dirigentes (sua trajetória e seus valores), seu comportamento (nas arenas estatais e políticas) e os produtos finais do processo decisório (os *outputs*, no jargão de Easton); além disso, 2) defende que o perfil das minorias politicamente ativas reflete as relações de força existentes em determinada sociedade em um dado momento (a “elite” funcionando assim como “sismógrafo” dessas relações), bem como os processos de recrutamento (filtros, institucionalizados ou não) pelo qual essas minorias passaram.

Claramente, a diferença fundamental entre essas duas direções de análise oferecidas pela problemática elitista reside no lugar que o perfil da classe dirigente ocupa no modelo causal em questão: na primeira opção, o perfil é definido como *causa* (ou variável independente) de eventos que lhe são necessariamente posteriores: comportamento decisório, *outputs* políticos etc. Na segunda, ao contrário, ele é o *efeito* (ou variável dependente) de processos que necessariamente o antecedem: mecanismos sociais e institucionais de “filtragem”, por exemplo. Evidentemente, não há nenhuma contradição lógica entre essas duas direções de análise, que podem muito bem coabitar um mesmo modelo causal (segundo o esquema: mecanismos seletivos → perfil da classe dirigente → comportamento decisório → *outputs* estatais → efeitos sociais).

Nesta pesquisa, abordo apenas a segunda direção elencada, estabelecendo o perfil da classe dirigente como variável dependente do modelo. Isso significa tomá-lo como produto de toda a série de filtros sociais que caracterizam o processo de recrutamento, definido, nos dizeres de Czudnowski, como “a sequence of screenings, in which each screening eliminates a large proportion of the ‘contestants’ and channels the ‘survivors’ into the next stage of selection” (1975, p. 177).

Ligada, contudo, a esta definição de “recrutamento”, como série de mecanismos de exclusão/inclusão, está uma importante ressalva: não seria suficiente apresentar o perfil dos “vitoriosos”, “os que chegaram lá” ao cabo do processo, e a partir dele retirar conclusões acerca dos filtros seletivos e dos grupos que foram por eles excluídos; ao contrário, seria preciso apresentar igualmente o perfil dos “vencidos”, aqueles que almejavam o acesso à classe dirigente, mas que não foram bem-sucedidos na empreitada (por motivos a serem esclarecidos justamente por essa análise). Tratando especificamente do recrutamento para cargos eletivos, esta perspectiva defende que:

Um verdadeiro estudo de recrutamento deve dar conta não apenas das características dos eleitos, mas também das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tal, comparando-as com os atributos da população em geral. Somente assim é que poderemos acompanhar, passo a passo, o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite e somente assim poderemos ver quais grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais grupos sociais buscam a carreira política, mas são dela alijados, e quais se encontram sobre-representados na elite política (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2009, p. 145).

Ao menos na literatura brasileira, são escassos os estudos que cumpram essa exigência – “[..] as pesquisas que se identificam como estudos de recrutamento são, na verdade, análises do perfil sócio-econômico e profissional dos que ‘chegaram lá’, isto é, dos ocupantes dos postos mais importantes do sistema político brasileiro” (*ibidem*, p. 144) –, sendo que as comparações costumam ser restritas àquelas entre o perfil da elite e o da população em geral, desconsiderando todos os filtros intermediários que excluem os aspirantes (candidatos não-eleitos, por exemplo).

Essa crítica é justa na medida em que salienta a impossibilidade de se delinear o mecanismo exato e o momento (nível) da exclusão por meio da simples

comparação classe dirigente/população geral. Por exemplo: boa parte dos estudos de elite em países ocidentais constata a predominância dos homens brancos nos cargos de mando do Estado e da política. A mera sub-representação feminina e de outras cores ou raças (preta, parda, indígena), contudo, não diz nada a respeito da maneira como esse filtro de seleção opera (se dentro dos partidos, se nas eleições ou, até mesmo, se nas oportunidades políticas determinadas pela estrutura sócio-ocupacional – distribuição desigual do tempo livre, do capital econômico etc.).

Na pesquisa que apresento aqui, pela própria amplitude do universo analisado, que compreende (como se verá no capítulo 3) diversos setores da classe dirigente (poderes Judiciário, Legislativo, Executivo etc.), cada qual dotado de mecanismos institucionais de seleção próprios, tornou-se impossível coletar dados a respeito dos “vencidos” (dados, aliás, sempre mais difíceis de se obter). As comparações restringiram-se, como em geral na literatura, ao binômio classe dirigente/população geral.

Dois argumentos, no entanto, podem servir como contrapeso a essa limitação: 1) o simples estabelecimento da *existência* de um filtro seletivo (seja ele de cunho sexista, racista ou classista) no acesso aos cargos de poder já é por si só um dado relevante, que abre oportunidade para pesquisas exploratórias visando a delinear as formas concretas de tal filtro; 2) em segundo lugar, e aqui reside, penso, uma singularidade deste trabalho, o “recrutamento de elites” não deve ser restringido à matriz “inclusão/exclusão”; é preciso dar conta, igualmente, dos processos de “direcionamento”, que também estão na origem da configuração interna de uma classe dirigente.

Explico-me: se os mecanismos de inclusão/exclusão determinam o acesso à classe dirigente *tomada em conjunto*, produzindo, assim, “vencedores” e “vencidos” (eleitos e não-eleitos; aprovados e reprovados), o “direcionamento” determina a aspiração a tal ou qual *setor específico dessa classe*. Se não há informação disponível a respeito dos “excluídos”, impossibilitando o delineamento preciso do filtro seletivo, há com relação aos “incluídos”, que podem então ser comparados a fim de descobrir qual a *estrutura interna* da classe dirigente, seu grau de homogeneidade, e como os mecanismos de recrutamento colaboram para a configuração dessa estrutura. Será essa, assim, a problemática desta pesquisa.

3 O PERFIL DA CLASSE DIRIGENTE PARANAENSE

Ainda que, em sociedades democráticas, os cargos dirigentes, na política e no Estado, estejam formalmente disponíveis a todos os cidadãos, o que se nota, em todos os estudos a respeito dessas minorias do poder, é que o seu perfil nunca reflete de modo fiel a estrutura social que as engloba. Dito de outro modo, os diversos princípios de divisão que estruturam uma dada sociedade, e a partir dos quais podemos recortar diferentes classes de agentes (por sexo, cor, idade, estrato sócio-ocupacional etc.), estão muito desigualmente representados nas posições formais de mando da sociedade.

Neste capítulo, procurarei explorar alguns aspectos do perfil da classe dirigente paranaense, tratando-os como reflexos dos mecanismos sociais de seleção por meios dos quais essa classe se reproduz ao longo do tempo. Primeiramente, descreverei o método (posicional) de identificação desse grupo de agentes (o “universo da pesquisa”); em seguida, apresentarei uma série de atributos pelos quais essa classe diferencia-se (*i*) externamente, em relação ao restante da população, e (*ii*) internamente, em relação a cada um de seus “setores” ou “tipos de elite” (parlamentar, partidária, empresarial etc.). A apresentação desses atributos será dividida em duas partes, a primeira apresentando propriedades adstritas (sexo, cor, idade) e a segunda, propriedades adquiridas (seja na família – como é o caso da origem social, medida pela profissão e escolaridade dos pais – seja na trajetória social posterior do agente). O objetivo, ao final, será mostrar a importância da escolaridade nesse conjunto de atributos distintivos e, mais especificamente, de determinadas instituições escolares, que funcionam como verdadeiros “criadouros” da classe dirigente no estado.

No capítulo seguinte, uma vez já estabelecida a importância do sistema de ensino na trajetória dos membros da classe dirigente, o foco recairá sobre o lugar que um tipo particular de escolarização – a jurídica – ocupa entre os recursos sociais que dão acesso aos postos de poder. Essa questão é particularmente relevante ao levarmos em conta o processo de expansão e diversificação que tanto o sistema de ensino quanto os postos de poder (no aparelho estatal, na política) sofreram, no Brasil, ao longo do século XX. Resta saber, assim, qual o lugar do bacharel, antiga

figura dominante da cena política brasileira, num campo político e estatal fortemente modificados por processos de racionalização e profissionalização.

Uma vez determinado o grau de presença dos bacharéis nos vários setores da classe dirigente paranaense, meu segundo objetivo será distinguir quais cursos jurídicos específicos são os principais formadores desses diplomados e se há entre essas instituições uma “divisão social do trabalho pedagógico”, que determina destinos profissionais diferenciais aos seus alunos.

3.1. O UNIVERSO DA PESQUISA

Nesta primeira parte do trabalho, o universo de pesquisa constitui-se da *classe dirigente paranaense* no período, de pouco mais de uma década, entre 1995 e 2006. Como dito anteriormente, parte-se do *método posicional*, tal como definido por Wright Mills, recortando a população-alvo a partir da identificação das posições superiores nas hierarquias das instituições decisórias centrais do estado. Tal “sociologia das posições institucionais” exige, como primeiro passo, que se defina claramente 1) quais são as instituições a serem incluídas na análise, e, dentro dessas, 2) quais os cargos a serem selecionados.

Essa definição das instituições a serem analisadas depende, contudo, do âmbito que se deseja focar: ele pode ser *local*, como nos chamados *power community studies*, que têm em Hunter (1953) e Dahl (1961) dois de seus exemplos mais paradigmáticos; *nacional*, como nos estudos de Wright Mills (1985) e Domhoff (2006); ou, como no caso deste trabalho, *estadual* (ou *regional*). Isso significa dizer que as instituições serão escolhidas, em cada um desses casos, de acordo com o âmbito dos *outputs* por elas produzidos: assim, num estudo sobre elites nacionais, é muito mais relevante selecionar órgãos cujas decisões possuem, nos dizeres de Wright Mills, “conseqüências nacionais” (no caso brasileiro, isso equivaleria, por exemplo, ao Senado e à Câmara nacionais, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência, aos Ministérios) do que “locais” ou “regionais”.

No caso de um estudo sobre a classe dirigente paranaense, selecionarei, portanto, as instituições centrais na produção ou implementação de *decisões públicas* com conseqüências *estaduais*. Os cargos, por sua vez, serão aqueles que,

dentro dessas instituições, ocupam, formalmente, o topo de suas hierarquias organizacionais. Tendo esse critério em mente, e partir dos dados disponíveis, oriundos de diferentes pesquisas já realizadas sobre diversos setores da classe dirigente estadual, o conjunto de instituições e cargos a serem pesquisados serão os que seguem no quadro abaixo.

QUADRO 2. O UNIVERSO DA PESQUISA

CLASSE DIRIGENTE PARANAENSE		
SETOR	INSTITUIÇÃO	CARGO
Político-administrativo	Gabinete de Governo, Secretarias, Empresas estatais, Polícias Civil e Militar	Governador, Vice-Governador, Secretário de estado, Diretor de empresa estatal, Comandante de polícia
Parlamentar	Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP)	Deputado estadual
Judiciário	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR)	Desembargador
Partidário	PDT, PFL, PMDB, PP, PSDB, PT, PTB*	Presidente de diretório estadual
Empresarial	ACP, APEOP, ADEMI-PR, APRAS, FACIAP, FAEP, FECOMÉRCIO, FIEP, IL, SECOVI, SINDISEG-PR**	Presidente de entidade

NOTAS: * PDT: Partido Democrático Trabalhista; PFL: Partido da Frente Liberal; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PP: Partido Progressista; PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira; PT: Partido dos Trabalhadores; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

** ACP: Associação Comercial do Paraná; APEOP: Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas; ADEMI-PR: Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná; APRAS: Associação Paranaense dos Supermercados; FACIAP: Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná; FAEP: Federação da Agricultura do Estado do Paraná; FECOMÉRCIO: Federação do Comércio do Estado do Paraná; FIEP: Federação das Indústrias do Estado do Paraná; IL: Instituto Liberal do Paraná; SECOVI: Sindicato da Habitação e Condomínios; SINDISEG-PR: Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná.

Como pode ser visto, as instituições selecionadas foram agrupadas segundo o setor a que estão ligadas: *Político-administrativo*, reunindo basicamente os órgãos superiores que compõem o Poder Executivo estadual, ou que estão de alguma forma subordinados ao governador do estado (Gabinete de Governo, Secretarias, Empresas estatais e Polícias Civil e Militar); *Parlamentar*, que inclui a instituição máxima do Poder Legislativo estadual, a Assembléia Legislativa do Paraná; *Judiciário*, incluindo o Tribunal de Justiça do Paraná, instância máxima da magistratura dentro do estado. Além desses três setores, que funcionam como lócus dos processos decisórios públicos, foram acrescentadas também organizações que, por conta dos recursos que possuem, estão aptas a *influir* nesses processos: é o caso dos diretórios estaduais dos partidos políticos (responsáveis pela seleção de candidatos aos cargos eletivos e, por essa via, formatadores do perfil daqueles que tomam as decisões políticas), reunidos aqui sob o setor *Partidário*, e das entidades de representação empresarial (grupos de pressão política e de difusão de valores políticos), nomeadas como setor *Empresarial*.

Como já dito, os dados sobre esses setores da classe dirigente paranaense são oriundos de diferentes pesquisas já concluídas: uma, que enfocou os setores político-administrativo, parlamentar e partidário; outra, as entidades de representação empresarial; e uma terceira, sobre o Judiciário estadual¹⁴. Ainda que possuíssem suas especificidades, essas pesquisas partiram de pressupostos

¹⁴ São elas, respectivamente: “Quem governa? Mapeando as elites políticas paranaenses (1995-2006)”; “Elites empresariais paranaenses (1995-2006)”; e “Quem são e o que pensam os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná”. Todas foram realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Sociologia Política Brasileira (Nusp), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os bancos de dados por elas produzidos encontram-se listados nas referências desta dissertação.

teóricos e metodológicos bastante semelhantes, o que permitiu que pudessem ter seus resultados aqui agrupados e comparados. Convém, contudo, esclarecer alguns dos critérios dos quais elas partiram para a construção de seus universos de pesquisa, e que esta pesquisa, ao utilizar seus dados, acata inteiramente.

Para os setores político-administrativo, parlamentar e partidário, foram selecionados apenas os indivíduos que ocuparam, no período em questão (1995-2006), os cargos listados por *no mínimo noventa dias*. Os partidos políticos analisados foram aqueles que tiveram representação na Assembléia estadual por pelo menos *um ano*. Isso produziu um universo de 251 casos, dos quais 163 foram entrevistados (65% do total)¹⁵. No caso do setor judiciário, não houve o estabelecimento de um tempo mínimo de exercício do cargo, sendo o universo total, no momento de realização da pesquisa, constituído por 120 indivíduos, dos quais 71 foram entrevistados (59%). Para o setor empresarial, a escolha das entidades de representação procurou contemplar as várias esferas de atividade econômica no estado (indústria, comércio, agricultura), selecionando tanto entidades de natureza associativa quanto sindical. Esse critério produziu um universo de 11 entidades, com 35 indivíduos tendo ocupado a presidência delas no período de 1995 a 2005 (período, portanto, ligeiramente menor aos das demais pesquisas). Destes 35 presidentes, foram entrevistados 20 (57%).

¹⁵ Cabe ressaltar, aqui, que há uma sobre-representação, no caso do setor parlamentar, de deputados filiados a partidos de esquerda (PT e PMDB, seguindo os critérios de classificação da pesquisa utilizada). Dada a conhecida variação na composição social dos partidos segundo a posição no espectro ideológico, isso evidentemente produz impacto sobre o perfil da elite parlamentar aqui esboçado. Contudo, diante do objetivo de construir um perfil da classe dirigente em geral e de comparar os perfis de cada setor em função das especificidades, por exemplo, dos modos de recrutamento de cada um deles, esse viés do caso parlamentar me parece um mal menor. Para uma descrição da composição social de dois partidos paranaenses ideologicamente opostos (PT e PFL), ver Perissinotto e Bolognesi (2009).

O quadro abaixo reúne todos esses dados:

QUADRO 3. UNIVERSO E ENTREVISTADOS POR SETOR

SETOR	UNIVERSO	ENTREVISTADOS
Político-administrativo	105	73 (70%)*
Parlamentar	111	70 (63%)
Judiciário	120	71 (59%)
Partidário	35	21 (60%)
Empresarial	35	20 (57%)
Total	406	255 (63%)

NOTA: * As porcentagens referem-se ao total do universo

O universo desta pesquisa – a classe dirigente paranaense no período de 1995 a 2006 –, que reúne os universos dos estudos acima citados, compreende, portanto, um total de 406 casos¹⁶, dos quais 255 foram entrevistados com sucesso (63% do total)¹⁷. A coleta de dados se deu por meio de aplicação de questionário (*survey*), o qual, apesar das especificidades relativas a cada setor, contemplava um mesmo conjunto de questões relativas à origem social, trajetória escolar e profissional desses indivíduos, além de outros atributos, tais como cor, religião, sexo, local e data de nascimento, entre outros.

Explicitados esses critérios de recorte do universo da pesquisa, passo agora à apresentação de alguns aspectos do perfil dessa classe dirigente, dando ênfase

¹⁶ Falo aqui em “casos”, e não em “indivíduos”, pelo seguinte motivo: seis dos membros dessa classe dirigente passaram, durante o período estudado, por mais de um setor; mais precisamente, cinco desses indivíduos ocuparam os cargos de deputado e de presidente de diretório estadual de partido político, e um ocupou, além de um cargo na Assembléia, uma posição no setor político-administrativo. Cada um deles foi, portanto, computado duas vezes em meu banco: uma vez para cada setor da classe dirigente pelo qual passou.

¹⁷ Há, evidentemente, uma substancial diferença nos números absolutos de entrevistados de cada setor: tem-se, assim, de um lado, 73 deputados estaduais, e, de outro, apenas 20 presidentes de associações de representação empresarial. Como consequência, quando tomo o perfil da classe dirigente como um *todo*, este deve um peso muito maior às características dos setores parlamentar, político-administrativo e judiciário do que às dos setores empresarial e partidário.

àqueles que podem servir como indícios dos mecanismos sociais de seleção e direcionamento que estão na base da produção de tal perfil.

3.2 OS ATRIBUTOS ADSTRITOS DA CLASSE DIRIGENTE

Já se tornou clássica, nos estudos sobre elites, a distinção estabelecida por Suzanne Keller (1972), entre *atributos adstritos* e *atributos aperfeiçoados* (ou adquiridos). Os primeiros referem-se às propriedades que diferenciam os indivíduos durante toda a sua vida, e sobre os quais ele pouco ou nada pode fazer para alterar, tal como sexo, etnia e idade. Os segundos, ao contrário, são de natureza maleável, e podem tanto ser agregados quanto perdidos ao longo da trajetória social; entram, neste último caso, por exemplo, todas as propriedades decorrentes de educação e treinamento, além daquelas adquiridas durante o percurso profissional dos agentes.

Ainda que todos esses atributos estejam fortemente interligados, principalmente no que diz respeito ao acesso às posições de poder, somando-se (como no caso de desigualdades ou vantagens cumulativas) ou neutralizando-se em seus efeitos (como nos fenômenos de *superseleção*, em que uma característica negativa é compensada por um grande acúmulo de outra característica, socialmente valorizada), é inegável o valor heurístico de se analisar separadamente cada princípio de divisão socialmente relevante numa dada sociedade em um determinado momento.

No caso de um estudo sobre uma classe dirigente, também se faz necessário medir todas as dimensões relevantes em que essa classe, seu perfil, opõe-se ao da população em geral e que, num mesmo movimento, podem contribuir para a homogeneidade de sua configuração interna, e até mesmo facilitar sua coesão (social e ideológica)¹⁸.

¹⁸ É evidente, contudo, que a dedução da homogeneidade ideológica (no sentido de afinidade entre as tomadas de posição dos agentes) e da coesão do grupo (“espírito de corpo”) a partir da homogeneidade das trajetórias e das propriedades sociais é bastante problemática. Seria mais prudente e correto falar numa *probabilidade* maior à coesão, quando os requisitos da homogeneidade social encontram-se preenchidos. Trata-se, aqui, novamente, da distinção bourdieusiana entre um “grupo no papel” (produto de um modelo científico com vistas a explicar determinado problema) e um “grupo real” (produto de um trabalho político de mobilização, visando à consecução de um objetivo comum).

No caso da elite paranaense, percebe-se claramente o peso desses atributos “naturais” (embora socialmente construídos e valorados) na constituição de seu perfil. Como em geral os estudos dessa natureza constatarem, as atividades dirigentes, no Paraná, permanecem uma propriedade ainda quase exclusiva dos homens. Estes perfazem 91,8% dos ocupantes dos mais altos cargos nas principais instituições ligadas aos processos decisórios públicos, contra 8,2% de participação feminina. Essa disparidade só adquire seu real significado, contudo, quando confrontamos tais proporções às da população paranaense em geral. Segundo o último censo demográfico do IBGE, datado de 2000¹⁹, o estado contava, em sua população, com 50,47% de homens e 49,53% de mulheres, ou seja, uma proporção quase equivalente entre os sexos. Quando se toma a População Economicamente Ativa (PEA) em conta, já se nota claramente que a presença feminina torna-se mais rara à medida que se sai do espaço familiar da “casa” e se caminha em direção ao “mundo do trabalho” e, especialmente, ao “espaço público” da política e do Estado. A tabela abaixo resume esses dados.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO POR SEXO NA POPULAÇÃO GERAL, NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E NA CLASSE DIRIGENTE PARANAENSES

		POPULAÇÃO PARANAENSE	PEA PARANAENSE	CLASSE DIRIGENTE
SEXO	Masculino	50,47%	62,2%	91,8%
	Feminino	49,53%	37,8%	8,2%

FONTE: IBGE; NUSP.

Nessa primeira dimensão, portanto, que toma a classe dirigente em conjunto, o atributo “sexo” parece operar no nível de seleção mais simples de todos: o da pura e simples *exclusão*. Essa informação, contudo, embora em si mesma valiosa, nos diz muito pouco sobre como de fato essa exclusão opera e, mais precisamente, em que *nível* ela ocorre: se na distribuição de recursos inerente à estrutura social e à divisão sexual do trabalho; se nas instituições que antecedem o acesso à classe dirigente, como é o caso dos partidos e de certas instituições escolares fortemente

¹⁹ Todos os dados do IBGE aqui utilizados foram retirados do Censo Demográfico de 2000.

ligadas à política e ao Estado; ou se nos próprios processos seletivos por meio dos quais são recrutados novos membros à classe dirigente (concursos, nomeações, eleições). Trata-se de saber até que ponto essa baixa presença feminina nas posições de poder deve-se a uma “autoexclusão”, nascida ela própria da interiorização das condições historicamente associadas à posição secundária da mulher nos assuntos relativos ao poder; ou, ao contrário, a mecanismos mais visíveis de impedimento (critérios sexistas de seleção para os cargos, por exemplo).

No caso paranaense, a baixa presença de mulheres na arena parlamentar, por exemplo, não parece consequência de um hipotético sexismo do eleitor, já que a proporção dos sexos entre os universos dos candidatos e dos eleitos não mostra significativas diferenças; dito de outro modo, a variável “sexo” não parece possuir impacto sobre a variável dependente “sucesso eleitoral” (PERISSINOTTO & BOLOGNESI, 2009). Isso nos leva, portanto, a procurar outros tipos de filtros sociais, dentro dos partidos²⁰ e fora deles, ou seja, na estrutura social (mais especificamente, nas distribuições de tempo livre e de capital cultural e na formatação histórica dos papéis sexuais, com o lugar que se reserva a cada um deles na divisão do trabalho político).

Se nessa primeira dimensão, tomando a classe dirigente como um bloco, as mulheres estão sub-representadas quase ao ponto da exclusão, numa segunda dimensão, ao tomarmos os vários setores do Estado e da política, podemos ver que há uma significativa variação interna quanto à presença feminina (ainda que sempre sub-representada em relação à sua proporção na população em geral).

²⁰ Para uma discussão sobre a relação entre sexo (gênero) e sistema partidário, ver, sobretudo, Clara Araújo (2005).

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO POR SEXO EM CADA SETOR DA CLASSE DIRIGENTE PARANAENSE

		SEXO	
		Masculino	Feminino
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Parlamentar	67 (95,7%)	3 (4,3%)
	Político-administrativo	61 (83,6%)	12 (16,4%)
	Partidário	21 (100%)	0
	Empresarial	20 (100%)	0
	Judiciário	65 (91,5%)	6 (8,5%)

FONTE: NUSP.

Nota-se, primeiramente, a diferença na presença feminina quando se comparam os setores *político-administrativo* e *jurídico*, de um lado, e o *partidário* e *empresarial*, de outro, com o setor *parlamentar* ocupando aqui uma posição intermediária. Parte da explicação para essas diferenças internas à classe dirigente pode ser imputada aos mecanismos diversos de acesso e seleção a cada um desses setores, com a conseqüente formatação de um perfil específico de elite a cada um deles: tanto do lado judiciário quanto do político-administrativo, ainda que não estejam livres do princípio autocrático de intervenção do governador (seja nomeando diretamente para o cargo, como no caso das secretarias e empresas estatais, seja optando por um candidato de uma lista tríplice, como no caso da seleção para o Tribunal de Justiça), a influência das credenciais técnicas e de uma ideologia meritocrática, associadas sempre à figura do “burocrata”, tornam esses setores mais afeitos àqueles agentes cujos patrimônios são mais importantes em capital educacional (os títulos escolares) do que outros, em que um capital de relações sociais é imprescindível (por exemplo, para se chegar ao topo do diretório de um partido ou de uma entidade de representação empresarial).

Pode-se aventar, baseado nesses dados, a hipótese de que essa abertura ao capital educacional e à ideologia tecnocrática torna esses setores mais abertos à presença feminina²¹.

²¹ No caso dos níveis iniciais da magistratura, os estudos são unânimes em apontar uma feminização do corpo de juízes. Isso provavelmente alterará a composição futura desse setor da classe dirigente (cf. WERNECK VIANNA *et alli*, 1997).

Um segundo atributo adstrito relevante para o perfil da classe dirigente paranaense é o de cor ou raça. Assim como no caso do sexo vê-se a predominância irrestrita de homens, no caso da cor, como esperado, os brancos estão sobre-representados em todos os setores da elite.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO POR COR EM CADA SETOR DA CLASSE DIRIGENTE E NA POPULAÇÃO PARANAENSE

	COR					
	Branca	Preta	Parda	Amarela	TOTAL	
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Parlamentar	59 (84,3%)	1 (1,4%)	6 (8,6%)	3 (4,3%)	69 (100%)
	Político-administrativa	66 (90,4%)	0	5 (6,8%)	2 (2,7%)	73 (100%)
	Partidária	17 (81,0%)	0	4 (19,0%)	0	21 (100%)
	Empresarial	19 (95,0%)	0	1 (5,0%)	0	20 (100%)
	Judiciária	62 (87,3%)	3 (4,2%)	1 (1,4%)	3 (4,2%)	69 (100%)
POPULAÇÃO GERAL	77,24%	2,84%	18,25%	0,92%	100%	

FONTE: IBGE; NUSP.

A predominância dos brancos se faz sentir, sobretudo, nas elites *empresarial* e *político-administrativa*, atingindo o seu menor índice entre os *parlamentares* e *líderes partidários*, em que a presença de pardos é a maior dentre todos os setores. Assim como no caso das mulheres, contudo, a exclusão dos não-brancos não pode ser imputada automaticamente a mecanismos de seleção internos às instituições de acesso ao poder (partidos, associações, escolas). É possível que uma boa parte desses mecanismos opere no nível da distribuição desigual de recursos que caracteriza a estrutura social – não atentar para esse primeiro filtro de seleção ao mundo do poder significaria, segundo Bourdieu, “naturalizar os mecanismos sociais

que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes politicamente ativos’ e os ‘agentes politicamente passivos’ e a constituir em leis eternas [tal como no elitismo clássico] as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura de distribuição do capital” (BOURDIEU, 2003b, p. 163). Dentre esses capitais, o tempo livre e o capital cultural constituem-se em dois dos principais recursos para o exercício das atividades dirigentes (*ibidem*, p. 164).

Um terceiro atributo adstrito relevante para a caracterização da classe dirigente é a idade. Vê-se aqui, novamente, o peso dos mecanismos de acesso e seleção sobre o perfil da elite assim recrutada. Do ponto de vista desse atributo, o setor *parlamentar*, com as eleições que lhe dão acesso, aparece como o tipo de elite mais permissível aos mais jovens: 13% dos deputados possuem menos de 36 anos; no outro pólo, o setor *judiciário* se apresenta como a elite mais envelhecida, com quase 80% de seus membros tendo 56 anos ou mais. Isso é plenamente compreensível se pensarmos na longa trajetória (temporal²² e espacial) desenhada por um magistrado desde a passagem pelo concurso, com o alocamento numa entrância inicial (sempre afastada dos grandes centros urbanos), até a entrada no Tribunal de Justiça.

A tabela abaixo resume esses dados:

²² Os desembargadores estudados já tinham, em média, 29 anos de carreira quando foram admitidos ao Tribunal de Justiça do Paraná.

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO POR CLASSE DE IDADE EM CADA SETOR DA CLASSE DIRIGENTE

		CLASSES DE IDADE (em anos)						TOTAL
		16 a 25	26 a 35	36 a 45	46 a 55	56 a 65	66 a 75	
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Parlamentar	3 (4,3%)	6 (8,6%)	22 (31,4%)	30 (42,9%)	8 (11,4%)	1 (1,4%)	70 (100%)
	Político-administrativa	0	6 (8,2%)	19 (26,0%)	30 (41,1%)	16 (21,9%)	2 (2,7%)	73 (100%)
	Partidária	0	1 (4,8%)	6 (28,6%)	9 (42,9%)	4 (19,0%)	1 (4,8%)	21 (100%)
	Empresarial	0	1 (5,0%)	2 (10,0%)	10 (50,0%)	4 (20,0%)	3 (15,0%)	20 (100%)
	Judiciária	0	0	1 (1,4%)	14 (19,6%)	42 (58,8%)	14 (19,6%)	71 (100%)
TOTAL		3 (1,8%)	14 (5,5%)	50 (19,6%)	93 (36,5%)	74 (29,0%)	21 (8,2%)	255 (100%)

FONTE: NUSP.

Do ponto de vista dos atributos adstritos, portanto, a classe dirigente paranaense possui, como esperado, um perfil bastante homogêneo, comportando leves variações segundo cada setor analisado (um tímido processo de feminização nas elites político-administrativa e judiciária; uma maior variedade fenotípica entre presidentes de partido e deputados; uma maior precocidade de ingresso entre estes últimos) sendo seu tipo médio o *homem branco com idade entre 46 e 55 anos*. No caso dos atributos adquiridos ou aperfeiçoados, contudo, como se verá adiante, essa homogeneidade torna-se um pouco menos marcante, sobretudo no que diz respeito à origem social dos agentes, tal como pode ser medida pela ocupação dos pais.

3.3 OS ATRIBUTOS ADQUIRIDOS DA CLASSE DIRIGENTE

Uma vez apresentados os atributos adstritos (sexo, cor e idade), passarei agora à segunda classe de propriedades sociologicamente pertinentes para a definição da natureza do grupo em questão: os atributos *adquiridos* (ou

aperfeiçoados). Como dito anteriormente, trata-se daquelas propriedades oriundas da experiência social – na família, na escola, na profissão. Podem ser tanto produzidas pela herança familiar (entendida aqui num sentido amplo, que inclui não apenas a transmissão do patrimônio econômico, mas também do capital cultural e do *conatus* familiar de maneira geral²³), quanto pela trajetória posterior do agente. A origem familiar e os percursos escolar e profissional estão certamente entre três dos principais focos de aquisição desses atributos adquiridos.

Começarei enfocando a posição de origem dos membros da classe dirigente paranaense, ou seja, os *atributos paternos*, medidos pela profissão (ou pela forma agregada de estratos sócio-ocupacionais) do pai²⁴.

O primeiro dado a ser notado quando se analisa a ocupação dos pais dos entrevistados²⁵ é a baixa presença de *linhagens profissionais*, ou seja, de uma reprodução perfeita da trajetória profissional paterna (desembargadores filhos de desembargadores; políticos filhos de políticos; e assim por diante). Tomando, por exemplo, apenas o setor judiciário da classe dirigente, vê-se que apenas 10 desembargadores (de um total de 71) possuem pais com ocupações de alguma forma ligadas ao mundo jurídico, sendo que apenas dois deles são filhos de desembargadores. As ocupações mais freqüentes, neste caso, são as de “proprietário urbano” (15 ocorrências), “proprietário rural” (12 ocorrências) e “profissional liberal” (englobando engenheiros e médicos, com 11 casos), além de “funcionário público de baixo e médio escalão” (10 casos).

²³ Segundo Bourdieu: “O pai [e a família de maneira geral] é o sujeito e o instrumento de um ‘projeto’ (ou, melhor, de um *conatus*) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente, em e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem” (BOURDIEU, 1998, p. 232). Trata-se, em outras palavras, de todas as estratégias, mais ou menos explícitas, de *direcionamento*, efetuadas pela família sobre sua prole, para tal ou qual trajetória social (escolha das instituições de ensino, incentivos para determinadas profissões etc.).

²⁴ Vale lembrar que os dados aqui apresentados são oriundos de *surveys*, estando, portanto, sujeitos à subjetividade dos respondentes na avaliação das perguntas e das alternativas propostas. Não se trata, assim, de dados retirados de fontes frias de qualquer tipo. A escolha do pai como referência para a posição de origem dos entrevistados, com a exclusão do perfil da mãe, deve-se à homogeneidade das características desta última, quase sempre identificada como “dona de casa”.

²⁵ Informação obtida por meio da questão: “Qual ocupação o seu pai exerceu por mais tempo?”.

No caso do setor parlamentar, apenas um entrevistado elencou a ocupação de “político” como aquela que o pai exerceu por mais tempo; a opção mais presente foi a de “proprietário rural”, com 30 ocorrências, seguida pela de “proprietário urbano”, com 12, e de “trabalhador assalariado de empresa privada”, com 11. Quando perguntados, de maneira mais genérica, se os pais exerceram atividade política regular (não necessariamente em cargos eletivos), ainda assim a frequência mostrou-se abaixo do que se poderia esperar a partir de uma hipótese de linhagem política familiar: apenas 12 respostas positivas (ou 17,1% do total).

No setor político-administrativo, um número maior de entrevistados afirmou que o pai exerceu atividade política regular (23 ou 31,5% do total), mas apenas três identificaram “político” como a ocupação paterna exercida por mais tempo. Em comparação com o setor parlamentar, o perfil ocupacional do pai tem aqui uma tendência mais acentuadamente urbana: são 17 “proprietários urbanos” contra 15 “proprietários rurais”, além de 12 “profissionais liberais”.

No setor partidário, 23,8% dos pais (cinco casos) exerceram atividade política regular, com três deles sendo identificados como políticos profissionais (num total de 21). A ocupação mais frequente é a de “proprietário rural” (oito ocorrências), com apenas um único caso de “proprietário urbano”.

No setor empresarial, volta-se a encontrar um perfil paterno urbano, com apenas dois “proprietários rurais” contra sete “proprietários urbanos” e, característica distintiva deste grupo em relação aos demais, cinco “executivos de empresa privada” (25% do total).

Na tabela a seguir estão reunidos alguns dados sobre as ocupações paternas dos membros dos diferentes setores da classe dirigente paranaense:

TABELA 5. NATUREZA DAS OCUPAÇÕES PATERNAS, POR SETOR DA CLASSE DIRIGENTE

SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Propriedade rural	Funcionalismo público	Atividade política regular
	Parlamentar	42,9%	10%
Partidário	38,1%	9,5%	23,8%
Político-administrativo	20,6%	12,3%	31,5%
Judiciário	16,9%	25,4%	Sem info.
Empresarial	10%	5%	25%

FONTES: NUSP.

Os dados acima podem ser analisados ao menos segundo dois aspectos: primeiramente, quanto ao caráter urbano ou rural da ocupação paterna, tal como pode ser verificado pela porcentagem de pais “proprietários rurais”; e, em segundo lugar, pela natureza pública ou privada da ocupação, destacada pela porcentagem de pais ligados ao “funcionalismo público”.

Quanto ao primeiro aspecto, encontramos uma grande variação quando se passa do setor parlamentar (42,9%) para o empresarial (com meros 10%), demonstrando a diversidade de origem no interior da classe dirigente em questão. De um lado, tem-se uma elite da política (parlamentar e partidária) vinculada, por conta da posição paterna, à terra e à economia rural; de outro, elites mais plenamente ligadas à economia urbana, como é o caso da judiciária e da político-administrativa, em que figuram ocupações como a de “proprietário urbano” e de “profissional liberal”; e, de maneira ainda mais extrema, a elite empresarial, em que 55% dos indivíduos possuem pais “proprietários urbanos com mais de 10 empregados” ou “executivos de empresas privadas”.

Essa diferenciação entre a origem rural (setores parlamentar e partidário) e a origem urbana (setores político-administrativo, judiciário e empresarial) reflete-se também no local de nascimento da classe dirigente, como pode ser visto abaixo:

TABELA 6. LOCAL DE NASCIMENTO, POR SETOR DA CLASSE DIRIGENTE

SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Local de nascimento			TOTAL
	Curitiba	Restante do Paraná	Outros estados	
Parlamentar	6 (8,6%)	38 (54,3%)	26 (37,1%)	70 (100%)
Partidário	4 (19%)	8 (38,1%)	9 (42,9%)	21 (100%)
Político- administrativo	28 (38,4%)	24 (32,9%)	21 (28,8%)	73 (100%)
Judiciário	18 (25,4%)	28 (39,4%)	25 (35,2%)	71 (100%)
Empresarial	13 (65%)	4 (20%)	3 (15%)	20 (100%)
TOTAL	69 (27,1%)	102 (40%)	84 (32,9%)	255 (100%)

FONTE: NUSP

Os setores de origem urbana são justamente aqueles com o maior índice de nascimento na capital do estado, Curitiba, chegando a um máximo de 65% no caso da elite empresarial, cujo grau de *localismo*, portanto, é bastante acentuado (apenas três presidentes de associação empresarial nasceram fora do Paraná). O setor parlamentar, por outro lado, em consonância com sua origem familiar ligada à propriedade de terras, possui 54,3% de seu contingente oriundo de outras localidades que não a capital. A elite partidária é a que apresenta o menor grau de localismo, sendo oriunda em sua maior parte de outros estados. Os setores judiciário e político-administrativo ocupam posição intermediária nesse aspecto.

Quanto à natureza pública ou privada da ocupação paterna, verifica-se que as elites mais “burocratizadas” – servidores públicos de carreira, como no caso dos desembargadores; ou os altos funcionários nomeados para o Poder Executivo – são justamente aquelas que possuem o maior número de pais ligados ao funcionalismo público. O inverso também se confirma: entre a elite empresarial (um grupo baseado principalmente no “mercado”) a porcentagem de pais do setor público é de apenas 5%. O setor mais burocratizado – o judiciário –, ao contrário, chega a um máximo de 25,4%.

Isso está de acordo à tese de Wernneck Vianna, segundo a qual:

“[...] tudo indica que essa heterogeneidade na composição das elites brasileiras apresenta, ainda, uma outra importante qualificação: a sua segmentação em dois grandes eixos – Estado e mercado –, significando um tipo de especialização em que ‘culturas familiares’, de corte público ou privado, favorecem a inscrição dos indivíduos delas provenientes em um ou outro eixo” (WERNNECK VIANNA *et alii*, 1997, p. 8).

As “culturas familiares” – o *conatus*, no jargão bourdieusiano – funcionariam, segundo essa hipótese, como um primeiro locus de socialização e, portanto, de interiorização dos mecanismos de direcionamento presentes no seio familiar: basicamente, um conjunto de incentivos e proibições, transmitidos de maneira mais ou menos explícita, em relação às possibilidades futuras de trajetória social (escolas a cursar, amizades e relações amorosas a serem construídas, profissões a serem desempenhadas etc.). Sob essa ótica, a família funcionaria como o filtro inicial por meio do qual o indivíduo (neste caso, o filho ou a filha) teria uma primeira definição e sistematização de seu futuro, ou melhor, do futuro potencial inscrito em sua posição (entenda-se: na posição de sua família no espaço social): certas trajetórias possíveis tornam-se desde então interditas (“isso não é para você”), enquanto outras, ao contrário, são encaradas como uma obrigação (como o pai médico ou engenheiro que projeta sobre seu filho a continuidade de seu ser profissional).

Essa “cultura familiar”, contudo, como dito, seria ela própria determinada pela posição da família na estrutura de distribuição dos recursos que caracteriza dado espaço social: com toda a probabilidade, aqueles que devem sua posição a uma credencial escolar e a um cargo público inculcarão em seus filhos esse mesmo interesse pelas coisas da escola e, por extensão, para a fatia do mercado de postos de trabalho mais próxima da lógica escolar, como é o caso do serviço público, ao qual só se acede por meio dos mesmos mecanismos exaustivamente ensaiados durante a trajetória acadêmica: provas, entrevistas, exames de títulos.

Como ilustração dessa “inércia social”, que, por meio da socialização, incute no filho a continuidade do “projeto” familiar, pode-se citar o estudo de Maria Alice Nogueira (2002) sobre as estratégias de escolarização em famílias de empresários de Belo Horizonte: o envolvimento precoce com o ambiente empresarial (geralmente no empreendimento paterno), associado a um estímulo familiar bastante tímido em

relação aos estudos, criaria uma relação “utilitarista” com a escola e com os conhecimentos lá transmitidos, cuja conseqüência seria um desempenho acadêmico bastante inferior (tanto em anos de escolaridade quanto nas avaliações propriamente ditas) ao dos filhos de professores universitários ou de profissionais liberais, reproduzindo dessa forma a mesma divisão social entre aqueles que detêm primordialmente capital cultural e aqueles que detêm principalmente capital econômico (NOGUEIRA, 2002, p. 63).

TABELA 7. ESTRATO SÓCIO-OCUPACIONAL DO PAI, POR SETOR DA CLASSE DIRIGENTE

Estrato sócio-ocupacional** do pai				
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Estrato baixo	Estrato médio	Estrato alto	TOTAL
Parlamentar	38 (55,9%)	25 (36,8%)	5 (7,4%)	68 (100,0%)
Político-administrativa	24 (32,9%)	35 (47,9%)	14 (19,2%)	73 (100%)
Partidária	7 (33,3%)	6 (28,6%)	8 (38,1%)	21 (100%)
Empresarial	7 (36,8%)	9 (47,4%)	3 (15,8%)	19 (100%)
Judiciária	22 (31%)	37 (52,1%)	12 (16,9%)	71 (100%)
TOTAL	98 (38,9%)	112 (44,4%)	42 (16,7%)	252* (100%)

FONTE: NUSP.

NOTA: * Não há informação sobre a profissão do pai em três casos.

** A agregação das profissões em *estratos* segue os critérios utilizados pelas pesquisas do NUSP, das quais foram retirados os dados deste trabalho. **Alto estrato social:** proprietário rural com mais de 200 hectares, proprietários urbanos (comércio, serviço e indústria) com 50 ou mais empregados, altos cargos do setor público (diretor de empresa/banco estatal, delegado da receita estadual etc.), executivo de empresa privada, político. **Médio estrato social:** proprietário rural entre 50 e 200 hectares, proprietário urbano (comércio, serviço e indústria) entre 10 e 49 empregados, profissional liberal (engenheiro, médico etc., com escritório próprio), funcionário público de médio ou baixo escalão (escrivão, amanuense, assessor, técnico etc.), militar, professor universitário de instituição pública, professor universitário de instituição privada, comunicador, jornalista. **Baixo estrato social:** proprietário rural com até 50 hectares, proprietário urbano (comércio, serviço e indústria) com até 9 empregados, professor de outros níveis de instituição pública, professor de outros níveis de instituição privada, trabalhador assalariado de empresa privada (manual ou qualificado, registrado ou informal, temporário ou permanente: bancário, operário, guarda-livros, técnico, vendedor, auxiliar de escritório etc.), empregado sem carteira registrada, autônomo sem registro legal.

Na tabela acima, encontram-se agregadas, em *estratos sócio-ocupacionais*, as profissões dos pais dos membros da classe dirigente paranaense. O objetivo com isso é facilitar a comparação entre as origens sociais dos diferentes tipos de elite e averiguar o grau de homogeneidade ou heterogeneidade de sua composição interna.

Se os dados anteriores já mostravam que a classe dirigente dividia-se, quanto à profissão do pai, em um pólo rural e outro urbano, assim como em um pólo ligado ao funcionalismo público e outro ao mercado e à iniciativa privada, a hierarquização das profissões em estratos sociais evidencia ainda mais a heterogeneidade das condições sócio-econômicas de origem das elites paranaenses. Ainda que as maiores freqüências situem-se no “estrato médio”, todos os setores apresentam valores acima de 30% no “estrato baixo” e, com exceção da elite parlamentar, acima de 15% no “estrato alto”.

Essa dispersão comprova, ao menos para o caso estudado, que o acesso às posições dirigentes não está vinculado a uma origem sócio-econômica determinada (alta, média ou baixa). Isso reforça a tese de Suzanne Keller, citada em capítulo anterior, de que as elites estratégicas definem-se mais pelos *atributos adquiridos* (escolaridade, por exemplo, da qual falarei na seqüência) do que por aqueles *herdados* (como é o caso da origem social). É também a posição de Robert Putnam (1976), para quem a escolaridade parece ter se tornado, nas sociedades contemporâneas, um recurso mais decisivo para o acesso à condição dirigente do que a própria origem social dos indivíduos.

Não se deve esquecer, contudo, que a aquisição de atributos ao longo da trajetória social de um indivíduo não é independente de sua origem social: as chances de acesso às instituições escolares de elite, por exemplo, são muito desigualmente distribuídas segundo as diversas posições sociais. Por outro lado, não se pode deduzir desse fato que o sistema de ensino – ou outros espaços de socialização secundária, isto é, posteriores à socialização familiar – não possuam um grau de autonomia em relação à estrutura social e à posição das famílias nela. Como prova disso, temos todos os exemplos de “fracassos escolares” entre filhos de famílias abastadas e, de outro lado, de trãnsfugas de classe que alcançam posições de destaque basicamente por meio do sucesso escolar.

À diferença de sociedades estamentais, baseadas predominantemente em vínculos de “sangue” e “nome”, que garantem uma reprodução mais estável das posições sociais (com o filho herdando “automaticamente” o *status* paterno), sociedades capitalistas dotadas de sistemas de ensino extremamente diversificados e complexos possuem um tipo de reprodução social acentuadamente mais instável (uma “reprodução estatística”, para utilizar a expressão de Bourdieu, que admite desvios, sucessos e fracassos inesperados, ainda que os aspectos gerais da estrutura social permaneçam inalterados)²⁶.

Retornando à tabela, e comparando os vários setores da classe dirigente, nota-se que a elite parlamentar é a que possui o perfil mais marcado por uma origem social de estrato baixo (56%), enquanto os setores judiciário, político-administrativo e empresarial apresentam uma origem social predominantemente de estrato médio (respectivamente, 52,1%; 47,9%; 47,4%). A elite partidária é a única a apresentar o estrato alto como principal tipo de origem social (38,1%). Essas informações nos dizem algo sobre os mecanismos de acesso a cada um desses diferentes setores e sobre seu grau de abertura ou fechamento em relação à diversidade social.

Nesse sentido, a elite parlamentar mostra-se como a mais acessível a indivíduos dotados de um capital herdado de menor importância, o que nos leva a crer que os mecanismos de recrutamento desse setor (a seleção como candidato dentro do partido e o posterior processo eleitoral) estimulam ou exigem outros tipos de recursos²⁷. As elites partidária e político-administrativa, em comparação, aparecem como menos acessíveis e mais exigentes do ponto de vista dos recursos a serem possuídos por aqueles que a elas aspiram: isso é plenamente compreensível se pensarmos na forma de recrutamento desses setores, que envolvem uma gama maior de exigências (capital de relações sociais, no caso de presidentes de partidos; capital escolar e social, no caso de um alto funcionário do Executivo).

²⁶ Sobre o tipo de reprodução social das sociedades contemporâneas, e o papel do sistema de ensino nelas, ver, sobretudo, Bourdieu (1996; 1998).

²⁷ Pode-se pensar, aqui, nos inúmeros casos de indivíduos que reconvertem uma notoriedade midiática, adquirida junto ao rádio, televisão ou outros meios de comunicação, em potencial eleitoral, contando com o apoio óbvio dos partidos políticos, cujo interesse nesse tipo de candidato (o “puxador de votos”) é estimulado pelas regras do sistema eleitoral.

Após tratar do capital herdado da classe dirigente paranaense, sua origem social, tal como pode ser medida pelo perfil sócio-ocupacional de seus pais, passo agora à trajetória escolar desses agentes, locus fundamental de aquisição de atributos, tais como o capital cultural acadêmico e a sua garantia jurídica – o título escolar –, que funcionam como recursos fundamentais nas disputas do mercado de postos de trabalho, que inclui os cargos dirigentes, na política e no Estado.

A classe dirigente paranaense, como as elites brasileiras em geral desde o Império e da República Velha (BARMAN & BARMAN, 1976; HENDRICKS & LEVINE, 1981; CARVALHO, 1996), distingue-se da população em geral também pela detenção de um alto *capital educacional*, definido como a posse de credenciais acadêmicas legalmente reconhecidas dentro de determinado território. A relação estreita que essas elites em geral mantêm com os títulos acadêmicos deve-se à centralidade que o sistema de ensino adquiriu nas sociedades contemporâneas, fazendo frente, inclusive, à antiga transmissão direta da herança (econômica, social, simbólica) pela família. Bourdieu descreve esse fenômeno como a passagem de um *modo de reprodução familiar* para um *modo de reprodução escolar* (BOURDIEU, 1993, p. 19).

Neste último, a manutenção ou elevação da posição social dos agentes e classes de agentes depende estreitamente de sua trajetória escolar, não apenas porque um número elevado de cargos (especialmente nas altas hierarquias que compõem a “classe dirigente”) exige formalmente a posse dessas credenciais escolares, mas também porque a escola constitui-se num espaço privilegiado de socialização e interação social, responsável por uma boa parcela da rede de contatos (capital social) acumulados durante a trajetória biográfica de um determinado indivíduo: de casamentos a laços duradouros de amizade e camaradagem, o espaço escolar é um dos principais locais de manutenção do pertencimento a determinado grupo e de adesão ao futuro de classe a ele reservado – profissões a serem exercidas, estilos de vida a serem adotados, casamentos a serem concretizados.

TABELA 8. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO GERAL E DA CLASSE DIRIGENTE PARANAENSES

	ESCOLARIDADE*		
	Baixa	Média	Alta
CLASSE DIRIGENTE	2%	16%	82%
POPULAÇÃO GERAL	45%	46%	9%

FONTE: O autor, a partir de IBGE; NUSP.

NOTA: * Categorias de escolaridade: “alta” (curso superior ou acima); “média” (curso superior incompleto; curso médio completo ou incompleto e fundamental completo); e “baixa” (fundamental incompleto ou sem instrução).

Na tabela acima, nota-se como a escolaridade da classe dirigente paranaense exemplifica essa propriedade universal das elites contemporâneas, ao não reproduzir as mesmas proporções dos estratos de escolaridade encontrados na população geral: ao contrário, tem-se uma quase exclusão de indivíduos portadores de baixa escolaridade (fundamental incompleto ou sem instrução), os quais, todavia, na população, perfazem 45% do total. Somado a isso, a classe dirigente apresenta também um alto índice (82%) de indivíduos portadores de diplomas de graduação ou, até mesmo, de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), enquanto a população geral apresenta meros 9% de indivíduos graduados.

Esses dados nos autorizam a dizer que a escolaridade é um traço distintivo do grupo de agentes que ocupam as posições estaduais de mando e, ao menos como hipótese, pode-se considerar a posse de um diploma superior como um recurso que aumenta a possibilidade de ascender a tais posições. Novamente, como no caso do sexo e da cor, a mera descoberta da exclusão de indivíduos com baixa escolaridade não nos diz nada sobre o momento em que essa exclusão ocorre: se no nível mais básico da distribuição desigual dos recursos (econômicos e culturais), gerando uma distribuição também desigual da *capacidade* e do *interesse* de se envolver nos assuntos públicos; ou, ao contrário, no nível dos filtros institucionais, como aqueles existentes dentro dos partidos, associações e corporações burocráticas (eleições, nomeações, concursos etc.).

Diferentemente, contudo, do sexo e da cor, a detenção de um diploma escolar é uma exigência *legal* para o acesso a determinados setores da classe dirigente, como no caso do setor judiciário, por exemplo, constituindo um processo de *social closure* (OLIN WRIGHT, 2009, p. 104), em que uma determinada classe de posições sociais tem o seu acesso severamente restringido, sendo, na prática, monopolizado por uma classe minoritária de agentes. Essa ligação entre os cargos estatais e os diplomas emitidos pelo sistema de ensino está na base da relação estreita, sempre existente, entre as instituições escolares e o Estado.

Dito de outro modo, a passagem por determinadas escolas passa a ser um requisito obrigatório para a entrada seja no próprio Estado seja nas profissões juridicamente protegidas por ele, cujo caso exemplar é o da advocacia. No Brasil, especificamente, o exercício da advocacia teve o acréscimo de um filtro suplementar à mera conclusão de um curso jurídico: a prova da Ordem dos Advogados do Brasil (“exame da Ordem”) foi a solução institucional encontrada para manter um mínimo de raridade ao título de “advogado”, isso num contexto de intensa expansão do número de cursos e graduados em Direito.

TABELA 9. NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR SETOR DA CLASSE DIRIGENTE

SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	ESCOLARIDADE*		
	Baixa	Média	Alta
Judiciário	0	0	71 (100%)
Político-administrativo	0	7 (9,6%)	66 (90,4%)
Partidário	0	6 (28,6%)	15 (71,4%)
Parlamentar	1 (1,4%)	27 (39,1%)	41 (59,4%)
Empresarial	0	3 (15%)	17 (85%)

TOTAL**	1 (2%)	43 (16%)	210 (82%)
----------------	--------	----------	-----------

FONTE: NUSP.

NOTAS: *Categorias de escolaridade: “alta” (curso superior ou acima); “média” (curso superior incompleto; curso médio completo ou incompleto e fundamental completo); e “baixa” (fundamental incompleto ou sem instrução). ** Um deputado estadual não respondeu à questão sobre escolaridade.

Se a elite paranaense como um todo se distingue, por um lado, da população em geral por conta de seu capital educacional elevado (apenas 18% de seus membros não possuem ensino superior completo), por outro, esse capital também diferencia seus vários setores internos, opondo o judiciário e o político-administrativo, pólo de maior capital educacional, ao setor parlamentar, pólo de menor capital, com os setores partidário e empresarial ocupando um lugar intermediário nesse *continuum*.

Vai-se, assim, de uma totalidade de alta escolaridade (setor judiciário, em que há a obrigação, como requisito legal para o exercício da função, de um diploma de bacharel) a “apenas” 59,4% de agentes com diploma de graduação (como é o caso do setor parlamentar). Isso é compreensível se tomarmos em conta as diferenças nos processos de seleção e recrutamento desses diferentes tipos de elite, em que as eleições, que exigem dos candidatos apenas a alfabetização, privilegiam a posse de outros recursos (capital social, político etc.), que não os educacionais, justo o oposto do método de seleção por concurso público, que exige tanto credenciais acadêmicas quanto o conjunto de saberes tipicamente transmitidos pelas instituições escolares.

Os dois setores dotados de maior capital educacional (judiciário e político-administrativo) não por acaso formam o pólo “burocrático” da classe dirigente, que, tanto pelos seus mecanismos de recrutamento quanto pela lógica da promoção funcional dentro da carreira, estimula fortemente o investimento cultural e escolar. Soma-se a isso a ideologia meritocrática e o caráter “técnico” dessas atividades, como magistrado ou secretário estadual, que tendem a criar dificuldades para critérios puramente “políticos” de recrutamento e promoção.

Evidentemente, não se trata aqui de tomar a alta escolaridade desses agentes como expressão de uma classe dirigente construída exclusivamente sobre exigências técnicas (“tecnocracia”): os altos escalões do Poder Executivo, por exemplo, são preenchidos por meio do princípio autocrático da indicação direta do governador do estado. Mas, tendo em vista que as funções a serem por eles desempenhadas lidam basicamente com questões bastante específicas (de saúde, educação, transportes etc.), é inegável que pesa sobre sua nomeação uma série de constrangimentos (a vigilância dos meios de comunicação ou dos adversários políticos, por exemplo) que tendem a limitar o poder discricionário da escolha. Pode-se aventar, assim, a hipótese de que a ideologia do mérito e da tecnocracia, ainda que mais uma fonte de legitimação do que uma realidade objetiva, produz efeitos reais sobre o perfil da classe dirigente.

Ao contrário, o pólo “político” da classe dirigente, aquele cujos mecanismos de acesso baseiam-se basicamente na eleição – seja aquela que ocorre no interior dos partidos e associações empresariais, a fim de selecionar seus presidentes, seja a democrática para os cargos parlamentares –, não apresenta exigências objetivas tão rigorosas do ponto de vista escolar. Ainda assim, como mostrado anteriormente, o investimento escolar desses setores dirigentes continua muito acima do investimento da população em geral, e isso porque a passagem pelo curso superior não soma aos seus alunos apenas um certificado legal de conhecimento, mas também um capital de relações e um conjunto de oportunidades futuras que não poderiam ser conquistados de outra forma.

Um curso superior torna-se, assim, passagem obrigatória para todos aqueles que aspiram (por conta, por exemplo, de influências familiares) às posições de mando, reforçando esse interesse anterior ou mesmo criando-o – no caso de indivíduos que não o tinham. Isso evidentemente varia de acordo com cada área de estudo e, mais ainda, com cada instituição de ensino superior: a literatura já mostrou em abundância as ligações especiais que certos diplomas (e profissões) possuem com o Estado e a política, sendo o Direito o caso mais exemplar. De maneira correlata, determinadas instituições escolares (no caso brasileiro, principalmente as universidades públicas e as confessionais) também monopolizam a formação das diversas elites.

Diante disso, um índice mais seguro para diferenciar os investimentos escolares dos diferentes setores da classe dirigente parece ser não o diploma de graduação (que a grande maioria dos dirigentes possui, pelas razões já elencadas), mas sim aqueles de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). São estes últimos que denotam um investimento escolar de fato intenso, já que propiciam mais um cabedal acadêmico e técnico (e a correlata *legitimidade* acadêmica e técnica) do que um capital de relações sociais (que as graduações, com seus centros acadêmicos e atividades estudantis, por exemplo, satisfazem).

TABELA 10. FREQUÊNCIA E TIPO DE PÓS-GRADUAÇÃO, POR SETOR DA CLASSE DIRIGENTE

SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	TIPO DE PÓS-GRADUAÇÃO		
	Especialização	Mestrado	Doutorado
Judiciário	24 (23,8%*)	3 (4,2%)	3 (4,2%)
Político-administrativo	16 (21,9%)	10 (13,7%)	5 (6,8%)
Partidário	0	0	2 (9,5%)
Parlamentar	5 (7,1%)	1 (1,4%)	0
Empresarial	3 (15%)	1 (5%)	0

FONTE: NUSP.

NOTA: * As porcentagens referem-se ao total de indivíduos de cada setor.

Com os dados da tabela acima se pode notar com maior clareza que a classe dirigente não apenas se distingue, *externamente*, em relação à população em geral, por conta da posse de um diploma de graduação, como ela também possui uma diferenciação, desta vez *internamente*, entre os pólos aqui nomeados “burocrático” e

“político”, em função da posse de um título de pós-graduação. Os setores judiciário e político-administrativo possuem, respectivamente, 32,2% e 42,4% de membros pós-graduados, contra menos de 10% tanto para o setor partidário quanto para o parlamentar. O empresarial aparece com 20% (quatro ocorrências num total de 20), ocupando uma posição intermediária quanto a esse aspecto.

Sendo assim, ainda que o investimento escolar seja uma característica distintiva da classe dirigente paranaense como um todo (e essa é uma característica invariante dos grupos dirigentes nas sociedades contemporâneas), ele é ainda mais forte entre aqueles setores submetidos aos constrangimentos institucionais típicos dos meios burocráticos (concursos, promoções funcionais e nomeações segundo critérios “meritocráticos”, atividades que exigem conhecimentos específicos e perícia técnica).

Mas atestar a escolaridade, de uma maneira geral, como característica distintiva da classe dirigente (tomada em conjunto) e como princípio de sua diferenciação interna (entre os diversos setores) é ainda insuficiente se não mostrarmos, *ao mesmo tempo*, que o capital escolar detido por ela possui uma natureza bastante *específica*: as diferentes áreas de graduação (Direito, Engenharia, Pedagogia etc.) e as diferentes instituições de ensino superior (públicas ou privadas; confessionais ou laicas; antigas ou recentes) oferecem oportunidades bastante desiguais de acesso aos postos de mando; ou melhor: capacitam aqueles que por elas passam com recursos de valor bastante desigual no que diz respeito a esse acesso. Sobre isso nos deteremos no capítulo seguinte.

4 ESCOLARIDADE E CLASSE DIRIGENTE

Como dito anteriormente, a mera identificação da alta escolaridade das classes dirigentes contemporâneas (quando comparada àquela das populações em geral) permanece como uma verdade insuficiente se não mostrarmos que nem todas as instituições de ensino superior (ou os títulos por elas concedidos) possuem o mesmo peso como recursos sociais para as disputas pelo mercado de cargos de mando. Ao contrário, num contexto de expansão e diversificação do sistema de ensino, é apenas por meio de *mecanismos internos de hierarquização* (entre áreas de estudo, títulos e escolas) que o campo escolar pode continuar a funcionar como instância relativamente autônoma de reprodução das estratificações sociais.

Pode-se objetar, entretanto, que tomo, aqui, como *pressuposto*, aquilo que deveria permanecer no campo da *hipótese*: a função de reprodução social (ainda que imperfeita – ou estatística) do sistema de ensino. Penso, contudo, que negá-lo seria automaticamente recair ou no pressuposto de uma *mobilidade social absoluta*, em que não haveria qualquer relação estatística significativa entre as posições de origem dos agentes (a posição de suas famílias no espaço social) e suas posições de chegada (os postos a que eles chegam no mercado de trabalho, incluindo aí os cargos de mando na administração estatal e nas instituições de representação política); ou no da *total irrelevância do sistema de ensino*, que funcionaria como mera instância ratificadora das desigualdades prévias.

Tais pressupostos – o da total autonomia e o da total heteronomia – só poderiam se verificar, respectivamente, se: 1) o campo escolar fosse plenamente autônomo em relação à posição social das famílias de seus alunos, ou seja, em relação a todas as estratificações sociais prévias (capital econômico e cultural de origem). Isso significaria que as hierarquias escolares (baseadas no desempenho acadêmico) nada deveriam a hierarquias não-escolares (sociais), e que viveríamos, portanto, numa sociedade fundada inteiramente no critério meritocrático: a posição de chegada dos agentes (os cargos a que acedem) seriam assim a medida perfeita de seu empenho e habilidade no campo escolar, e os grupos dirigentes – ao menos aqueles cujo recrutamento baseia-se, sobretudo, em títulos e cultura acadêmica -

confundir-se-iam-se, assim, com elites de conhecimento ou treinamento (tecnocracias).

2) O mercado de postos de trabalho (inclusive o de cargos dirigentes – no Estado e na política) fosse inteiramente autônomo em relação às hierarquias próprias do campo escolar. Ou seja: se a probabilidade de se chegar a tal ou qual posição fosse inteiramente independente, por exemplo, da passagem por determinadas instituições escolares específicas. Nesse cenário, portanto, todos os diplomas de um mesmo nível teriam igual valor do ponto de vista do destino social a que podem (ou tendem a) dar acesso, e as hierarquias profissionais seriam todas oriundas de outras fontes (a origem social dos indivíduos, por exemplo). Aqui, os grupos dirigentes confundir-se-iam-se com elites sócio-econômicas (plutocracias).

Há inúmeras evidências contra essas duas visões. Quanto à primeira, basta lembrar a enorme diferença no nível de escolaridade (medido por anos de estudo) conforme princípios de estratificação social como *status* sócio-econômico ou cor. Ainda que seu grau certamente varie de acordo com cada sociedade nacional (e, dentro delas, em função do período temporal), a presença dessas diferenças tem sido apontada de maneira abundante pela literatura especializada: para o caso francês, por exemplo, há os já clássicos estudos de Bourdieu e Passeron (1964; 1982), nos quais se mostra como o acesso ao ensino superior varia fortemente segundo a categoria sócio-profissional do pai (a chance de um filho de assalariado agrícola, no começo da década de 1960, chegar a esse nível de ensino era oitenta vezes menor do que a daqueles cujos pais eram profissionais liberais ou funcionários de alto escalão do setor privado ou público (BOURDIEU; PASSERON, 1964, p. 12)).

Para o caso estadunidense, pode-se citar estudos como os de Persell e Cookson Jr. (1990) e Levine (1980), que mostram como a presença de jovens oriundos das famílias mais ricas e tradicionais dos Estados Unidos, aquelas listadas no *Social Register*, publicação que compila os sobrenomes mais influentes do país, varia fortemente segundo as instituições de ensino: entre o alunato das 16 mais prestigiosas *boarding schools* – aquelas cujos alunos obtêm a maior porcentagem de acesso às universidades de elite (as que fazem parte da *Ivy League*, por exemplo) –, ao menos 40% pertence a essa minoria sócio-econômica, sendo que no

conjunto da população eles não perfazem mais do que 0,0003% do total (PERSELL; COOKSON, JR, 1990, p. 30).

Para o caso brasileiro, há os trabalhos de Silva e Hasenbalg (2000; 2002), que comprovam o impacto de variáveis como “renda familiar”, “cor” e “escolaridade do chefe de família” sobre as chances de escolaridade dos alunos: segundo dados de 1998, a sobrevivência escolar (anos de estudo) dos alunos variava, por exemplo, entre brancos e não-brancos, de 6,8 a 4,7 anos, respectivamente (SILVA; HSAENBALG, 2000). Quanto à condição sócio-econômica, o quinto de maior renda da população possuía uma escolaridade 2,9 vezes maior do que aquela do quinto de menor renda (*idem*).

Todas essas evidências mostram claramente como o sistema de ensino não é inteiramente autônomo em relação ao capital prévio detido pelos alunos (renda familiar, capital cultural e escolar dos pais etc.), que tem forte impacto sobre o desempenho e sobrevivência destes dentro do sistema. Isso, por si só, serve para descartar a hipótese de uma mobilidade social absoluta, que premiaria os indivíduos segundo o desempenho (fundado ele mesmo no mérito individual), sem qualquer relação com atributos herdados ou adstritos.

Cair no extremo oposto, contudo, negando qualquer autonomia ao sistema de ensino em sua função de reprodução das estratificações, seria deixar de ver não apenas os inúmeros casos de mobilidade ascendente ou descendente pela via escolar, mas também o impacto específico que as hierarquias internas a esse campo (entre áreas de estudo, instituições, títulos etc.) possuem sobre o acesso aos postos de mando. Dizendo de maneira um tanto grosseira: a riqueza, ou outros atributos origem, não são condição suficiente para se chegar à classe dirigente nas sociedades contemporâneas; faz-se necessária a passagem por instituições escolares que, por seus laços (em geral construídos ao longo de muitas décadas ou até mesmo séculos – pense-se, aqui, em instituições como Oxford e Cambridge) com a política e o Estado, capacitam aqueles que por elas passam com inúmeros recursos valiosos para a competição pelo acesso ao campo do poder.

Ilustrarei esse peso específico do sistema de ensino – sobre o acesso às minorias de mando – por meio da análise do caso paranaense.

4.1 AS ESCOLAS FORMADORAS DA CLASSE DIRIGENTE

Como mostrado anteriormente, a classe dirigente paranaense não possui um perfil homogêneo do ponto de vista da origem social, tal como esta pode ser medida pela profissão e *status* sócio-econômico do pai, ainda que as maiores freqüências situem-se nos estratos médios do espectro social (44,4%; contra 38,9% oriundos do estrato baixo e 16,7%, do alto).

Isso está de acordo com a tese também já comentada, de autores como Putnam e Keller, de que as classes dirigentes contemporâneas definem-se menos pelos atributos herdados (como é o caso da origem social) e mais por aqueles adquiridos (pela via da escolaridade ou do treinamento profissional), o que caracterizaria tipicamente *elites estratégicas* dotadas de *especialização funcional* (de governo, de produção de leis, de resolução jurídica de conflitos), as quais passariam por um processo de ressocialização e treinamento profissional mais ou menos intensos, que as dotaria de uma autonomia ao menos parcial perante os condicionantes de origem.

Não basta, contudo, para a comprovação dessa tese, demonstrar a heterogeneidade dos atributos herdados de tal ou qual classe dirigente se não se verificar, ao mesmo tempo, que ela possui, no que diz respeito aos atributos adquiridos, um perfil oposto, ou seja, uma maior homogeneidade, especialmente quanto ao aspecto que aqui mais nos interessa, o da trajetória escolar.

Ao se tomar para análise a instituição de ensino superior em que se formaram aqueles membros da classe dirigente possuidores de um diploma superior (210 do total de 255), nota-se claramente a presença de um pequeno número de instituições escolares de nível superior que representam o foco de formação educacional desses indivíduos, a despeito da vertiginosa expansão que o setor conheceu a partir da década de 1960 (apenas entre 1959 e 1968, portanto num período inferior a dez anos, o número de cursos de graduação no Brasil quase duplicou, passando de 996 para 1712 (IBGE, 1970); ao final da década de 1990, o país já contava com 973 instituições de ensino superior (BRASIL, 2000)).

A tabela abaixo apresenta esses dados.

TABELA 11. INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM QUE SE GRADUARAM OS MEMBROS DA CLASSE DIRIGENTE COM DIPLOMA SUPERIOR (N=210)

	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR				TOTAL	
	UFPR	PUC-PR	UNICURITIBA	Outras		
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Judiciário	26 (36,6%)	9 (12,7%)	22 (31%)	14 (19,7%)	71 (100%)
	Político-administrativo	32 (48,5%)	9 (13,6%)	2 (3%)	23 (34,9%)	66 (100%)
	Partidário	2 (13,3%)	3 (20%)	0	10 (66,7%)	15 (100%)
	Parlamentar	9 (21,4%)	3 (7,1%)	5 (11,9%)	24 (59,6%)	41 (100%)
	Empresarial	10 (58,8%)	2 (11,8%)	0	5 (29,4%)	17 (100%)
	TOTAL	79 (37,6%)	26 (12,4%)	29 (13,8%)	76 (36,2%)	210 (100%)

FONTE: NUSP.

Do total de graduados da classe dirigente paranaense, 134 (63,8% deles, portanto) formaram-se em uma das seguintes instituições: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba), todas sediadas na capital do estado (Curitiba), sendo que as duas últimas são de natureza privada, com a PUC tendo a especificidade de ser uma instituição confessional católica. Em comum, essas instituições possuem ainda o fato de serem as três mais antigas do estado, com a UFPR tendo sido fundada em 1912 (então como Universidade do Paraná); a Unicuritiba, em 1950 (como Faculdade de Direito Curitiba); e a PUC-PR, em 1957 (como Universidade Católica do Paraná).

Dentre as demais instituições superiores (agregadas na Tabela 12 como “Outras”), destacam-se também as universidades públicas de administração

estadual de Ponta Grossa, Maringá e Londrina (respectivamente, UEPG, UEM e UEL), mas ainda assim com frequências bastante inferiores às três primeiras listadas – a UEL formou 14 membros da classe dirigente; a UEM e a UEPG, 7 deles. O restante das instituições varia entre 1 e 3 ex-alunos ocupantes dos cargos em análise.

Fica claro, portanto, a partir desses dados, que a trajetória escolar (ao menos quanto ao nível superior) da classe dirigente paranaense possui um grau de homogeneidade superior ao de sua origem social (medida pelo estrato sócio-ocupacional do pai). Isso serve como indício do caráter potencializador que tais escolas possuem no que diz respeito à capacidade de prover acesso, aos que por elas passam, aos postos de mando na política e no Estado.

Se num estado anterior do campo escolar, tal como aquele que caracterizou, por exemplo, o Brasil Império, em que o número reduzido de instituições superiores (naquele caso, apenas duas: os cursos jurídicos de Olinda/Recife e de São Paulo, fundados ambos em 1827) tornava inevitável uma intensa homogeneidade da formação escolar, a partir dos anos 1960 (quando se graduaram a esmagadora maioria dos membros da classe dirigente paranaense aqui estudada), a expansão vertiginosa do ensino superior não foi capaz de diversificar as trajetórias típicas dos dirigentes (as “avenidas” que levam ao poder, para utilizar a expressão de Guiddens).

Isso mostra como a expansão do ensino veio acompanhada de uma hierarquização entre as instituições, com as mais antigas, em geral públicas ou privadas confessionais, mantendo seus laços estreitos com a política e o Estado, apesar da competição travada com as novas escolas (em geral privadas ou públicas fora das capitais). Esse parece ser um traço constante dos sistemas de ensino de várias sociedades nacionais, em que a expansão *quantitativa* caminha lado a lado com uma diferenciação *qualitativa* (de *status* acadêmico e de destino social do alunato). Nessa linha de raciocínio, e tratando especificamente do caso estadunidense, diz James C. Hearn:

Although the American higher-education system may not be dominated by discrete institutional elite on the order of England's Oxford and Cambridge, a relatively small group of well-known colleges has produced since colonial times a disproportionate share of the national leadership in industry, politics, education, and the professions (HEARN, 1990, p. 121).

Esse “relativamente pequeno grupo de bem-conhecidos *colleges*”, de que fala o autor, refere-se evidentemente ao conjunto de instituições que fazem parte da chamada *Ivy League*²⁸, grupo de universidades privadas localizadas no nordeste dos Estados Unidos e responsáveis pela formação, por exemplo, de boa parte dos presidentes daquele país.

No caso da classe dirigente paranaense, o grupo formado pelas três instituições de ensino superior de maior antiguidade no estado (UFPR, PUC-PR e Unicuritiba) parece cumprir função equivalente, ainda que haja variações expressivas quando se compara os diversos setores dessa classe: assim, se apenas 19,7% dos desembargadores não se formaram em uma das três instituições elencadas, 66,7% dos presidentes de partido e 59,6% dos deputados estaduais são oriundos de instituições diferentes. Tamanha diferença pode ser imputada aos variados graus de *localismo* desses setores (ver Tabela 6): apenas 8,6% dos membros do setor parlamentar nasceram em Curitiba, sendo que 37,1% deles são oriundos de outros estados; no caso do setor partidário, esses números são, respectivamente, de 19% e 42,9%.

Pode-se acrescentar, ainda, o fato já mostrado de que o setor parlamentar é também o de maior juvenilização (ver Tabela 4, com a divisão dos setores por classes de idade), o que leva seus membros a terem sido expostos a um período de maior diversidade do sistema de ensino, tornando possível uma gama maior de trajetórias escolares possíveis. Os efeitos desse fator, contudo, só podem se fazer sentir se o modelo de recrutamento desse tipo de elite (seleção interna no partido e eleição democrática) for permissivo à sua ação: como visto, esse parece ser o caso, ao menos quando comparado a outros modelos (concurso público ou nomeação), mais exigentes e seletivos do ponto de vista do capital escolar e cultural de seus ingressantes.

²⁸ Dela fazem parte a Universidade Brown, em Providence, Rhode Island; a Universidade Columbia, em Nova Iorque; a Universidade Cornell, em Ithaca, Nova Iorque; o Dartmouth College, em Hanover, New Hampshire; a Universidade Harvard, em Cambridge, Massachusetts; a Universidade da Pensilvânia, em Filadélfia, Pensilvânia; a Universidade Princeton, em Princeton, New Jersey; e, finalmente, a Universidade Yale, em New Haven, Connecticut. A maioria delas foi fundada ainda no século XVIII.

TABELA 12. NATUREZA DA INSTITUIÇÃO EM QUE SE GRADUARAM OS MEMBROS DA CLASSE DIRIGENTE COM DIPLOMA SUPERIOR (N=210)

		NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	
		Pública	Privada
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Parlamentar	19 (46,3%)	22 (53,7%)
	Político-administrativo	42 (63,3%)	24 (36,7%)
	Partidário	8 (53,3%)	7 (46,7%)
	Empresarial	13 (76,5%)	4 (23,5%)
	Judiciário	36 (50,7%)	35 (49,3%)
TOTAL		118 (56,2%)	92 (43,8%)

FONTE: NUSP.

Quando se analisa a natureza da instituição escolar, se pública ou privada, vê-se que há um ligeiro predomínio do primeiro tipo, tendo nele se formado 118 (56,2%) dos 210 membros da classe dirigente detentores de diploma superior (com 79 desses passando pela UFPR, como mostrado na Tabela 11). Os setores político-administrativo e empresarial são os principais responsáveis por essa vantagem do ensino público, contando, respectivamente, com 63,3% e 76,5% de formados. No outro extremo, o setor menos ligado às instituições superiores públicas é o parlamentar, com 46,3%, a menor frequência dentre todos os tipos de elite.

Se a diferença na predominância da UFPR, PUC-PR e Unicuritiba, como foco de formação educacional, entre os diversos setores, pode ser imputada, como dito, às diferenças de idade e de seletividade do modo de recrutamento (dois fatores, eles próprios, interligados), o grau de formação pública de cada tipo de elite parece depender mais de dois outros fatores:

1) primeiramente, e de maneira mais relevante, da área de diplomação predominante em cada setor: assim, a elite político-administrativa e a empresarial, que, como se mostrará adiante, possuem (ao lado do setor partidário) as maiores frequências de diplomas de engenharia (civil, elétrica, florestal etc.), estão mais ligadas a instituições públicas justamente porque essa área de formação o está. No caso dos diplomas em direito, há uma dispersão superior entre escolas públicas e

privadas (principalmente entre UFPR, de um lado, e Unicuritiba e PUC-PR, de outro);

2) Em segundo lugar, os setores da classe dirigente que apresentam um maior grau de investimento escolar (medido pela frequência de diplomas de pós-graduação – ver Tabela 10) são justamente aqueles mais ligados ao ensino público: as elites político-administrativa e empresarial. O setor judiciário, pela razão já elencada, constitui exceção quanto a esse ponto – ainda que apresente um alto grau de investimento escolar, este se divide de maneira quase perfeita (50 a 50) entre o ensino público e o privado. Isso pode indicar um liame entre a probabilidade de adentrar instituições de maior seletividade acadêmica (as públicas) e a propensão a investimentos escolares posteriores (cursos de pós-graduação), liame fundado possivelmente num conjunto de disposições mais afeitas ao mundo acadêmico e às coisas da academia.

É preciso salientar, ainda, que a ligação do ensino público com os postos de mando no Estado e na política é mais forte do que os dados apresentados até agora podem levar a crer: desde a década de 1960, o ensino superior privado expande-se em progressão muito superior àquela do público – em 1980, o Brasil contava com 200 instituições superiores de administração municipal, estadual ou federal, contra 682 de administração privada; ao final da década de 1990, esses números passaram, respectivamente, a 209 e 764 (BRASIL, 2000).

Ou seja: ainda que numericamente muito inferiores, as instituições superiores públicas (principalmente as federais e estaduais) continuam monopolizando uma parcela significativa das trajetórias escolares dos grupos dirigentes, mostrando que, mesmo após meio século de concorrência com o setor privado, os laços históricos construídos desde o século XIX – entre tais instituições públicas, o Estado e a política – ainda se sustentam, a despeito das sucessivas e alardeadas crises (econômicas, institucionais) desse setor do ensino.

Se a escolaridade da classe dirigente paranaense, como mostrado, concentra-se em um pequeno grupo de instituições (UFPR, PUC-PR e Unicuritiba), com predomínio do ensino público sobre o privado, ela também se caracteriza, num terceiro aspecto, por sua concentração na capital do estado: assim, 142 (67,6%) dos

diplomados graduaram-se em cursos superiores sediados em Curitiba; 39 (18,5%), em outras cidades paranaenses; e apenas 29 (13,8%), em outros estados do país.

Os dados completos podem ser vistos na tabela abaixo.

TABELA 13. LOCAL DA INSTITUIÇÃO EM QUE SE GRADUARAM OS MEMBROS DA CLASSE DIRIGENTE COM DIPLOMA SUPERIOR (N=210)

		LOCAL		
		Curitiba	Restante do Paraná	Outros estados
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Judiciário	57 (80,3%)	10 (14%)	4 (5,6%)
	Político-administrativo	48 (72,7%)	6 (9,1%)	12 (18,2%)
	Partidário	5 (33,3%)	5 (33,3%)	5 (33,3%)
	Parlamentar	18 (43,9%)	17 (41,5%)	6 (14,6%)
	Empresarial	14 (82,3%)	1 (5,9%)	2 (11,8%)
	TOTAL**		142 (67,6%)	39 (18,5%)

FONTE: NUSP.

Esse localismo da formação escolar superior fica mais evidente quando comparado com os dados da Tabela 6 sobre o local de nascimento dos membros da classe dirigente paranaense: apenas 69 deles, ou 27,1% do total, nasceram na capital do estado, enquanto 84 (32,9%) são oriundos de outros estados brasileiros. Isso demonstra que, embora o local de nascimento não seja um fator determinante para o acesso a essa classe, o local de graduação o é: tal fato é compreensível se

considerarmos que a escola é mais do que um ambiente de transmissão de conhecimentos mais ou menos técnicos; nela, estabelecem-se redes de contato (amizades, casamentos, alianças políticas, contatos profissionais), que colaborarão de maneira decisiva para o destino social dos seus alunos.

Estudar na capital, portanto *fisicamente* próximo às arenas em que têm lugar a atividade dirigente no estado (Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça etc.) parece ser a condição de uma proximidade também *social* com o poder, ou seja, de uma participação efetiva na vida social que o engloba (jantares, formaturas, casamentos, mas também reuniões, congressos etc.).

Analisando cada um dos setores, percebe-se que o empresarial, que conta com 82,3% dos seus membros formados na capital, já possui um alto grau de localismo também quanto ao local de nascimento (65% de nascidos em Curitiba). Os setores político-administrativo e, principalmente, judiciário, por outro lado, impressionam pela diferença entre os locais de nascimento e graduação: cada um deles passa, respectivamente, de 38,4% e 25,4% a 72,7% e 80,3% de presença na capital. Isso demonstra o grau decisivo de instituições como a UFPR, PUC-PR e Unicuritiba, todas localizadas em Curitiba, na trajetória desses setores da classe dirigente. O pólo político, formado pelos setores parlamentar e partidário, por outro lado, é o que possui o menor grau de localismo, tanto em relação ao nascimento quanto à escolaridade: 37,1% e 42,9%, respectivamente, de seus membros são oriundos de outros estados, sendo que em ambos os casos menos da metade se graduou em Curitiba.

A partir desses dados, nota-se que as instituições de ensino superior funcionam como forças de atração e de convergência das trajetórias à classe dirigente, possuindo um efeito de homogeneização sobre a diversidade de origem dessa classe (diversidade seja em relação ao local de nascimento, seja em relação ao estrato sócio-ocupacional familiar). Essa convergência das trajetórias, contudo, se faz mais presente no pólo burocrático (político-administrativo e judiciário) do que no político (parlamentar e partidário), o que leva a crer que um modo de recrutamento baseado em eleições democráticas torna menos decisiva a escolarização em instituições de ensino física e socialmente próximas às arenas dirigentes.

4.2 BACHARELISMO, TECNOCRACIA E CLASSE DIRIGENTE

Se o peso da escolaridade como recurso social que aumenta a probabilidade de acesso às posições de mando no Estado e na política varia, fortemente, de acordo com cada instituição específica de graduação, sua natureza (pública ou privada) e sua localidade (na capital ou fora dela), outro fator altamente relevante para o acesso à classe dirigente é a *área de formação* em que tal escolaridade se desenrola. A literatura sobre grupos dirigentes, brasileiros ou de outros países, têm mostrado claramente a ligação de determinados diplomas e profissões com as atividades políticas e burocráticas.

Em períodos de formação de um Estado nacional (o chamado *state building*), seria predominante o papel de bacharéis em Direito na liderança desse processo, tal como mostrado, por exemplo, no trabalho clássico de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*. Por sua vez, à medida que esses Estados nacionais, acompanhando o aumento da complexidade das atividades econômicas e sociais, passassem, eles próprios, por um incremento e por uma diversificação de sua capacidade administrativa (aquilo que tem sido reunido sob o nome de *modernização* do Estado), cresceria o protagonismo de profissionais ligados não mais ao direito, mas sim a áreas como Engenharia e Economia, e com um perfil, portanto, não mais *bacharelesco*, e sim *tecnocrático*. Essa transição na formação dos quadros dirigentes marcaria a passagem, dessa forma, da figura do *notável* ou *erudito* para aquela do *técnico*.

O trabalho citado de Carvalho (1996), assim como o de muitos outros (BARMAN & BARMAN, 1976; HENDRICKS & LEVINE, 1981; VENÂNCIO FILHO, 1982) mostra claramente a predominância dos diplomados em Direito, em especial dos magistrados, na vida política brasileira (tanto no nível nacional quanto estadual) desde o período imperial até a República Velha. A intensa circulação entre os vários setores do Estado e da política, facilitada pela permissividade em relação à acumulação de cargos (no Judiciário, no Legislativo, nas instituições policiais e militares etc.), caracterizava uma classe dirigente dotada de intensa coesão social, escolar e ideológica (basta lembrar do papel fundamental de Coimbra e, posteriormente, dos cursos jurídicos de Olinda/Recife e São Paulo na reiteração e

no reforço de uma homogeneidade que já vinha desde a origem familiar daqueles indivíduos).

O primeiro governo Vargas (1930-1945), por outro lado, é visto como um marco na modernização do Estado brasileiro e como o início de um processo de transformação da classe dirigente, que abandonaria progressivamente o seu perfil bacharelesco (erudição clássica e generalista; retórica e juridicismo) por meio da incorporação de indivíduos dotados de uma formação escolar eminentemente técnica: engenheiros, primeiramente; economistas, posteriormente. Essa seria uma solução para o “caos administrativo, o clientelismo e a ineficiência na execução de políticas públicas no pré-1930” (DIAS, 1994).

A partir dessa chave interpretativa, de tensão entre o secular bacharelismo da classe dirigente brasileira e a introdução progressiva de novos perfis tecnocráticos, pode-se analisar os dados referentes à área de graduação dos membros da classe dirigente paranaense, sumarizados na tabela abaixo.

TABELA 14. ÁREAS EM QUE SE GRADUARAM OS MEMBROS DA CLASSE DIRIGENTE COM DIPLOMA SUPERIOR, EXCETUANDO-SE O SETOR JUDICIÁRIO (N=139)

		ÁREA DE GRADUAÇÃO			
		Direito	Economia/ Administração/ Contabilidade	Engenharias	Outras
SETOR DA CLASSE DIRIGENTE	Judiciário*	-	-	-	-
	Político-administrativo	24 (36,4%)	9 (13,6%)	16 (22,7%)	17 (27%)
	Partidário	5 (33,3%)	0	4 (26,8%)	6 (40,2%)
	Parlamentar	17 (40%)	8 (20%)	2 (5%)	14 (35%)
	Empresarial	5 (29,4%)	4 (23,5%)	7 (41,2%)	1 (5,9%)

TOTAL	51 (36,7%)	21 (15,1%)	29 (20,9%)	38 (27,3%)
--------------	------------	------------	------------	------------

FONTE: NUSP.

NOTA: *Dada a obrigatoriedade do diploma em Direito, não incluí aqui os dados sobre os desembargadores.

No caso da classe dirigente paranaense, os diplomas mais freqüentes, como esperado, são justamente os de bacharel em Direito e os de Engenharia (reunindo, aqui, seus vários ramos: Civil, Elétrica, Florestal etc.). Isso mostra, em primeiro lugar, que a intensa diversificação do sistema de ensino e dos diplomas por ele emitidos não se traduziu numa mesma diversidade na composição escolar/profissional da classe dirigente, embora já se esteja longe do domínio bacharelesco dos postos políticos e burocráticos, tal como constatado pelos autores já citados (BARMAN & BARMAN, 1976; HENDRICKS & LEVINE, 1981; CARVALHO, 1996) para os períodos imperial e da República Velha.

Ainda assim, a graduação em Direito continua sendo a de maior representação, tanto na classe dirigente tomada em conjunto, quanto nos seus setores individuais (excetuando-se o empresarial), isso mesmo sem incluir a elite judiciária, a qual, evidentemente, possui uma formação exclusivamente jurídica. A presença dos bacharéis em Direito encontra seu maior índice no setor parlamentar (40%), indicando a relação estreita que a formação jurídica continua mantendo com a política e com o Parlamento, especificamente.

Os diplomas de engenharia encontram-se em segundo lugar, perfazendo quase 21% dos graduados da classe dirigente paranaense, enquanto os cursos ligados à administração e finanças (Economia, Contabilidade e Administração) somam 14%, o que pode indicar o peso dos processos de racionalização e modernização do aparelho estatal e das atividades que aí têm lugar, muito embora o perfil bacharelesco da classe dirigente esteja longe de ter sido substituído por um perfil puramente tecnocrático: mesmo no caso do setor político-administrativo, que agrupa, em sua maioria, cargos eminentemente “técnicos”, a porcentagem de diplomados em Direito permanece alta (36,4%).

Cumprir fazer a ressalva de que a mera possessão de um título de perfil mais tecnocrático, como é o caso das “engenharias”, não comprova por si só uma ação

de fato guiada por princípios “técnicos”, muito menos que o recrutamento seja exclusivamente “meritocrático”, e não “político”. Qualquer certificado escolar cumpre, antes de mais nada, uma função de legitimação social, que pode encobrir as motivações de acomodação política na distribuição de cargos executivos.

Se a presença da formação jurídica continua dominante entre a classe dirigente paranaense, cumpre agora mostrar quais são os cursos específicos de maior peso nesse processo.

TABELA 15. CURSOS JURÍDICOS PELOS QUAIS SE GRADUARAM OS *BACHARÉIS* INTEGRANTES DA CLASSE DIRIGENTE (N=122)

CURSO JURÍDICO				
UFPR	Unicritiba	PUC-PR	Outros cursos no Paraná	Outros cursos fora do Paraná
42 (34,4%)	29 (23,8%)	20 (16,4%)	19 (15,5%)	12 (9,8%)

FONTE: NUSP.

Como já mostrado anteriormente, a escolaridade dos dirigentes paranaenses está estreitamente vinculada a três instituições específicas: UFPR, PUC-PR e Unicritiba. Essa predominância repete-se no caso da fração bacharelesca dessa classe: as três instituições, somadas, são responsáveis pela formação de 74,6% de todos os diplomados em Direito, sendo que apenas 9,8% deles graduaram-se fora do estado do Paraná. Isso demonstra que a trajetória desses agentes possui um grau de localismo particularmente elevado.

A predominância desses três cursos pode ser mais bem compreendida quando observamos a evolução do número total de cursos jurídicos paranaenses, década a década (ver tabela abaixo e consultar também o Anexo 1 desta dissertação).

TABELA 16. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS JURÍDICOS NO PARANÁ

DÉCADA	NÚMERO DE CURSOS CRIADOS
Até 1950	1
1950	4
1960	2
1970	0
1980	1
1990	15
2000	59
TOTAL	81

FONTE: O autor, a partir de Brasil. Ministério da Educação (2009).

Considerando que os indivíduos em questão formaram-se em sua maioria nas décadas de 1960, 1970 e 1980, portanto antes da expansão vertiginosa desse ramo de ensino a partir das décadas de 1990 e 2000, torna-se mais claro que a predominância das instituições destacadas era facilitada pelo pequeno número de cursos concorrentes, todos eles criados fora da capital do estado (em Maringá, Londrina, Jacarezinho, Ponta Grossa etc.). Como dito anteriormente, a proximidade física e social com as arenas dirigentes parece ser um fator determinante dos liames que interligam tais instituições escolares ao campo do poder.

Embora estejam fortemente conectados à classe dirigente *como um todo*, as ligações que cada um desses cursos mantêm com cada setor específico dessa classe variam substancialmente. Para mostrar essa variação de maneira gráfica, empregarei a ferramenta estatística de *Análise de Correspondência*.

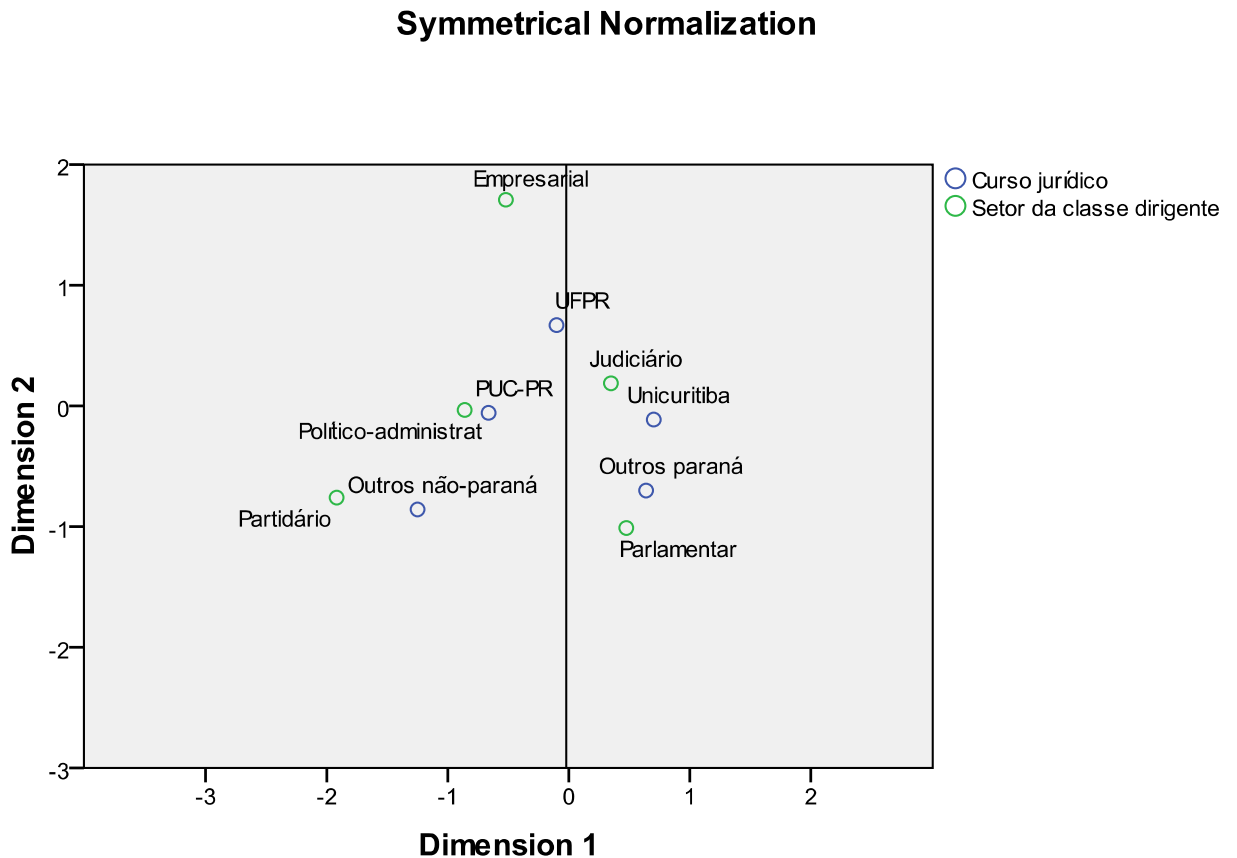
A análise de correspondência é uma técnica estatística que permite descobrir correlações entre as linhas e as colunas de uma tabela de duas ou mais entradas (é uma técnica multivariada, portanto). Ela cabe em nosso estudo, pois tratamos aqui com variáveis nominais com mais de três categorias cada uma. A exigência de ao menos três categorias é necessária para que restem ao menos duas delas para o cálculo (o equivalente ao número de dimensões do modelo).

Sua utilidade aqui reside também no fato dela mostrar não apenas se há ou não correlação (qui-quadrado), mas também como ela se dá entre as categorias das variáveis comparadas. Nosso interesse é justamente saber se há (e, se sim, em que grau) dependência entre a distribuição dos bacharéis entre os vários setores da classe dirigente e o curso jurídico específico em que se graduaram. A hipótese nula é, como sempre, a da independência entre as duas distribuições. Nossa hipótese, ao contrário, defende que a passagem por um determinado curso jurídico influi no destino profissional de seus alunos, orientando-os para tal ou qual setor da classe dirigente.

Vejamos então o resultado da análise de correspondência que rodamos no pacote estatístico *SPSS*. As categorias da variável “curso jurídico” são cinco: UFPR, PUC-PR e Unicuritiba (os três cursos com as maiores freqüências de bacharéis no campo do poder como um todo); a categoria “outros cursos jurídicos” foi dividida em “outros cursos – paraná” e “outros cursos – não-paraná”, referindo-se, portanto, a instituies dentro ou fora do estado.

Primeiramente, o modelo apresenta um qui-quadrado de 33,245 e nível de significância de 0,007, o que nos permite rejeitar a hipótese nula de independência entre as variáveis. A inércia total é de 0,273, com a primeira dimensão respondendo por 61,5% dela e sendo, portanto, a mais importante na análise. Esses números expressam a adequabilidade do modelo para a correspondência entre as categorias das duas variáveis.

GRÁFICO 1. ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA (CURSO JURÍDICO X SETOR DA CLASSE DIRIGENTE)



O gráfico mostra, por meio das distâncias, o grau de associação entre as categorias. Levando em consideração a dimensão 1, de maior inércia no modelo, o curso de Direito da UFPR encontra-se mais associado aos setores político-administrativo, empresarial e partidário. A PUC-PR mostra uma associação particularmente forte com o setor político-administrativo; o curso jurídico da Unicuitiba, por sua vez, está ligado aos setores parlamentar e judiciário, assim como a categoria “outros cursos paranaenses”.

5 CONCLUSÃO

Os regimes democráticos contemporâneos caracterizam-se não apenas pela expansão dos direitos políticos de voto e de organização política, mas também pela oportunidade formal que oferecem a todos os seus cidadãos – desde que respeitados os critérios legais de idade, nacionalidade e outras exigências variáveis segundo o ordenamento constitucional de cada país – de acederem aos postos dirigentes da administração estatal e das instituições de representação política. Distinguem-se, assim, de regimes ancorados em divisões sociais de tipo estamental, nos quais o exercício dos direitos políticos está vinculado às hierarquias de “sangue” e “nome”.

Dito isso, é preciso perguntar-se em que medida o acesso formalmente livre aos postos de mando produz, de *fato*, e não apenas de *direito*, uma classe dirigente representativa da sociedade que a engloba. Ao falar aqui em *representatividade*, refiro-me não ao sentido de representação como “procuração” ou “delegação” de “voz”, mas como “espelhamento” de uma realidade tida como referente²⁹ – neste caso, a de um espaço social dividido segundo inúmeros princípios de diferenciação (sexo, idade, cor, escolaridade etc.).

Os teóricos elitistas clássicos (Pareto, Mosca e Michels) estão entre os primeiros a reconhecerem a(s) elite(s) como minoria(s) que, por *definição*, não são representativas da maioria governada. Seria parte da natureza social dos grupos dirigentes, e fundamento de sua supremacia política, a possessão de uma série de recursos escassos que não são encontrados em mesmo grau no restante da população. Os resíduos paretianos e a tipologia das classes políticas de Mosca expressam justamente esse pressuposto: um grupo só pode constituir-se como “elite” ao controlar capacidades socialmente valorizadas em um dado momento histórico de uma formação social específica. A consequência lógica desse pressuposto é de que um aumento na representatividade da elite (em relação à

²⁹ É Norberto Bobbio quem chama a atenção para a ambigüidade do termo “representação”, que comporta tanto a noção de “falar em nome de outrem” – procuração – como a de “espelho” – a refletir uma realidade exterior e anterior (BOBBIO, 2000, p. 457-459).

maioria) expressaria necessariamente uma degradação da sua condição dirigente, enfraquecendo-a e abrindo caminho para que uma contra-elite tomasse seu lugar.

Se esses teóricos do elitismo clássico baseavam suas afirmações em comparações históricas bastante deficientes do ponto de vista metodológico, a retomada de sua problemática por pesquisadores empiricamente orientados no século XX veio a confirmar o perfil de exceção das minorias politicamente ativas. Liberados dos psicologismos (essencialistas) acerca do caráter das “massas” e do estabelecimento de leis anistóricas sobre o predomínio das minorias (a “lei de ferro das oligarquias”), esses estudos concentram-se agora nos mecanismos sociais de produção dos grupos dirigentes – ou, de maneira mais precisa, nos mecanismos de produção da divisão entre “minorias politicamente ativas” e “maiorias politicamente passivas”.

Esse novo enfoque em direção aos recursos sociais que aumentam as chances de aceder à classe dirigente orientou o presente trabalho. Tomando como objeto de estudo os mais altos cargos nas principais instituições decisórias do estado (ou em organizações capazes de influenciar esses processos), procurei estabelecer um perfil dessa classe tanto em seus aspectos adstritos quanto adquiridos, enfocando principalmente sua formação escolar.

Mostrou-se como esses agentes possuem uma homogeneidade maior em relação a propriedades adquiridas, apoiando as hipóteses de autores como Keller e Putnam de que as elites contemporâneas não podem ser definidas em termos de traços herdados (origem social), por exemplo, mas sim por seu treinamento (escolar e profissional). Somado ao peso da escolaridade em geral, salientou-se também o papel predominante de determinadas instituições escolares e de determinadas áreas de formação como “avenidas” para os cargos e atividades dirigentes.

Como resultado final, foi destacado o lugar dos cursos jurídicos da UFPR, Unicuritiba e PUC-PR como grandes “criadouros” das elites dirigentes paranaenses, embora cada um ligue-se de maneira mais ou menos intensa a cada um desses setores. A questão para pesquisas futuras reside justamente nesse ponto: como explicar essa estrutura diferencial de destinos sociais dos bacharéis dessas instituições – o que explicaria, por exemplo, a predominância da Unicuritiba em relação aos setores parlamentar e judiciário, e o da PUC-PR em relação ao político-

administrativo? Trata-se em suma de explorar aquilo que a literatura brasileira apenas começou a pesquisar na última década, em especial nos trabalhos de Fabiano Engelmann (2008) e Frederico Almeida (2010): as homologias estruturais entre os campos jurídico (e especificamente o subcampo do ensino jurídico) e o burocrático e político.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.
- BARMAN, R. & BARMAN, J. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 18, n. 4, p. 423-450, 1976.
- BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. From Ruling Class to Field of Power: An Interview with Pierre Bourdieu on La Noblesse d'État. **Theory, Culture and Society**, London, v. 10, p. 19-44, 1993.
- _____. **The State Nobility**. Elite Schools in the Field of Power. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- _____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.
- _____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b.
- _____. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003c.
- _____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003d.
- _____. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003e.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Les Héritiers**. Les étudiants et la culture. Paris: Minit, 1964.

_____. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. 1992. **Invitation to a reflexive sociology.** Chicago: University of Chicago Press.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem:** a elite política imperial. **Teatro de Sombras:** a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CZUDNOWSKI, M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, F.; POLSBY, N. **Handbook of Political Science**, Vol. 2 – micropolitical theory. Menlo Park: Addison-Wesley, 1975.

DAHL, R. A Critique of the Ruling Elite Model. **The American Political Science Review**, v. 52, n. 2, p. 463-469, 1958.

_____. **Who Governs?** Democracy and Power in an American City. New Haven: Yale University Press, 1961.

_____. **Poliarquia.** Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAS, J. L. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES *et alii*. **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DOMHOFF, G. W. **The Power Elite and the State.** How Policy is Made in America. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

_____. **Who Rules America?** New York: Macgraw-Hill, 2006.

EASTON, D. **A Systems Analysis of Political Life.** New York: Wiley, 1965.

ENGELMANN, F. Questões para o estudo de elites de Estado: o caso representativo dos juristas. In: CORADINI, O. **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS.

FALCÃO NETO, J. A. Os cursos jurídicos e a formação do Estado nacional. In : BASTOS, A. W. (org.). **Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras.** Brasília : Câmara dos Deputados, 1978.

- GUNNEL, J. The Genealogy of American Pluralism: From Madison to Behavioralism. **International Political Science Review**, v. 17, n. 3, p. 253-265, 1996.
- HALL, P.; TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-224, 2003.
- HENDRICKS, C. & LEVINE, R. Pernambuco's Political Elite and the Recife Law School. **The Americas**, v. 37, n. 3, p. 291-313, 1981.
- HEARN, J. C. Pathways to Attendance at the Elite Colleges. In: KINGSTON, P. W.; LEWIS, L. (orgs.). **The High-Status Track**. Studies of Elite Schools and Stratification. New York: State University of New York, 1990.
- HUNTER, F. **Community Power Structure**. A Study of Decision Makers. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953.
- KELLER, S. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- MARTUSCELLI, E. **Para uma crítica ao marxismo elitista**. Paper apresentado no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 1998.
- MICHELS, R. **Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy**. Kitchner: Batoche Books, 2001.
- MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.
- MOSCA, G. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill, 1939.
- NOGUEIRA, A. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: ALMEIDA, A. M.; NOGEURIA, A. **A escolarização das elites**. Petrópolis: Vozes.
- NORRIS, P. **Passages to Power**. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- OLIN WRIGHT, E. Understanding Class. **New Left Review**, n. 60, p. 101-116, 2009.

PERISSINOTTO, R. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Editora Ibplex, 2009.

PERISSINOTTO, R.; BOLOGNESI, B. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Mediações**, v. 14, n.1, p. 143-169, 2009.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 7-15, 2008.

_____. Marxismo e elitismo: dois modelos antagônicos de análise social? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 71, p. 143-195, 2009a.

_____. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 243-270, 2009b.

PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; FUKS, M.; BRAGA, S. **Quem governa?** Um estudo das elites políticas paranaenses. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.

PUTNAM, R. **The Comparative Study of Political Elites**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1976.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.

_____. Recursos familiares e transições educacionais. **Caderno de Saúde Pública**, n. 18, p. 67-76, 2002.

TELLEN, K.; STEIMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: SVEN, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. **Structuring Politics**: Historical Institutionalism in Comparative Analysis. New York: Cambridge University Press, 1992.

VENÂNCIO FILHO, A. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo : Perspectiva, 1982.

WEBER, M. **Economy and Society**. An Outline of Interpretive Sociology. V II. Berkeley: University of California Press, 1978.

_____. A Política como vocação. In: WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

WERNECK VIANNA, L.; CARVALHO, M. A. R. de; MELO, M. P. C.; BURGOS, M. B. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. EUA: estrutura social e política. In: WRIGHT MILLS, C. **Wright Mills**. São Paulo: Ática, 1985.

Bancos de dados

BRASIL. Ministério da Educação. **Evolução do Ensino Superior – Graduação (1980-1998)**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. e-MEC. **Cadastro de IES e curso**. Banco de dados, 2009. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 27.nov.2009.

CASTRO, L.; POLATTI, R.; WOWK, R.; PERISSINOTTO, R. 2006. **Quem são e o que pensam os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**. Banco de dados, 2006. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30.nov.2009.

CODATO, A; GOUVÊA, J.; PERISSINOTTO, R. **As elites administrativas, parlamentares e partidárias do Paraná**, 1995-2006. Banco de dados, 2006. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30.nov.2009.

COSTA, P.; ENGLER, I. **Empresariado e democracia**. Banco de dados, 2006. Disponível em: <http://www.nusp.ufpr.br/banco.php>. Acesso em: 30.nov.2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**, v. 31. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

ANEXOS

ANEXO 1. CURSOS JURÍDICOS EM FUNCIONAMENTO NO PARANÁ, EM DEZEMBRO DE 2009*

Nome da Instituição de Ensino Superior	Natureza jurídica	Município	Início de funcionamento do curso	Período	Vagas autorizadas (por período)	Total de vagas autorizadas
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	Curitiba	09/12/1912	Matutino/Noturno	100/100	200
CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA (UNICURITIBA)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	21/04/1950	Matutino/Noturno	360/360	720
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Curitiba	08/04/1957	Matutino/Noturno	240/240	480
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	Direito Público Interno - Estadual da Administração Direta	Londrina	01/03/1958	Matutino/Noturno	120/120	240
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG)	Direito Público Interno - Estadual da Administração Direta	Ponta Grossa	01/03/1958	Matutino/Noturno	80/70	150
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)	Direito Público Interno - Estadual da Administração Direta	Maringá	01/03/1966	Matutino/Noturno	80/80	160
FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE PIONEIRO	Direito Público Interno - Estadual da Administração	Jacarezinho	01/04/1968	Noturno	70	70

(FUNDINOPI)	Direta					
UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Umuarama	30/04/1980	Matutino/Noturno	84/171	255
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	São José dos Pinhais	24/02/1992	Matutino/Noturno	120/120	240
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ (UTP)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	25/01/1993	Matutino/Noturno	240/240	480
FACULDADES UNIFICADAS DE FOZ DO IGUAÇU (UNIFOZ)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Foz do Iguaçu	02/08/1993	Matutino/Noturno	50/50	100
UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Toledo	01/03/1994	Matutino/Noturno	85/87	172
UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Paranavaí	01/03/1994	Noturno	90	90
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ (CEUMAR)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Maringá	07/09/1994	Matutino/Noturno	60/120	180
UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Guaira	13/02/1995	Noturno	85	85
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCAVEL (FCSAC)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Cascavel	26/02/1996	Matutino/Noturno	100/175	275
UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Cianorte	24/02/1997	Noturno	83	83
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ (UNOPAR)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Arapongas	09/02/1998	Noturno	180	180

UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ (UNOPAR)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Londrina	09/02/1998	Matutino/Noturno	50/160	210
FACULDADE MATER DEI (FMD)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Pato Branco	21/07/1999	Matutino/Noturno	60/60	120
UNIVERSIDADE PARANAENSE (UNIPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Cascavel	02/08/1999	Noturno	80	80
FACULDADE MARINGÁ (CESPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Maringá	01/09/1999	Matutino/Noturno	87/88	175
FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS (CESCAGE)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Ponta Grossa	04/10/1999	Matutino/Noturno	100/140	240
UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	07/02/2000	Matutino/Noturno	150/150	300
FACULDADE PARANAENSE (FACCAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Rolândia	13/03/2000	Matutino/Noturno	100/100	200
FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL (UNIBRASIL)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	10/04/2000	Matutino/Noturno	270/270	540
FACULDADE GUARAPUAVA (FG)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Guarapuava	28/07/2000	Matutino/Noturno	120/120	240
FACULDADE DE DIREITO FRANCISCO BELTRÃO (CESUL)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Francisco Beltrão	09/08/2000	Matutino/Noturno	50/50	100
FACULDADE CAMPO REAL (CAMPO REAL)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Guarapuava	09/10/2000	Matutino/Noturno	100/100	200
UNIVERSIDADE PARANAENSE	Direito Privado - Sem	Francisco	12/02/2001	Noturno	80	80

(UNIPAR)	fins lucrativos	Beltrão				
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Maringá	01/03/2001	Matutino/Noturno	50/150	200
FACULDADE INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO (CEI)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Campo Mourão	18/06/2001	Matutino/Noturno	50/100	150
FACULDADE DE APUCARANA (FAP)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Apucarana	09/07/2001	Noturno	80	80
CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA (UNIFIL)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Londrina	31/07/2001	Matutino/Noturno	50/100	150
CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE (UNIANDRADE)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Curitiba	06/08/2001	Noturno	100	100
FACULDADE METROPOLITANA LONDRINENSE (UMP)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Londrina	13/08/2001	Matutino/Noturno	60/165	125
FACULDADE EDUCACIONAL DE DOIS VIZINHOS (FAED)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Dois Vizinhos	27/08/2001	Noturno	80	80
FACULDADE ASSIS GURGACZ (FAG)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Cascavel	16/01/2002	Matutino/Noturno	100/200	300
FACULDADE DINÂMICA DAS CATARATAS (UDC)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Foz do Iguaçu	10/02/2002	Matutino/Noturno	100/100	200
FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA (FACNOPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Apucarana	18/02/2002	Matutino/Noturno	40/40	80
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Londrina	18/02/2002	Matutino/Noturno	160/120	280

PARANÁ (PUCPR)						
INSTITUTO CATUAÍ DE ENSINO SUPERIOR (ICES)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Cambé	18/03/2002	Noturno	100	100
FACULDADE NORTE PARANAENSE (UNINORTE)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Londrina	12/08/2002	Matutino/Noturno	100/100	200
FACULDADE CRISTO REI (FACCREI)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Cornélio Procópio	15/08/2002	Noturno	80	80
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ (UCP)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Pitanga	30/09/2002	Noturno	150	150
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Direito Público Interno - Estadual da Administração Direta	Foz do Iguaçu	18/11/2002	Noturno	40	40
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Direito Público Interno - Estadual da Administração Direta	Marechal Cândido Rondon	18/11/2002	Matutino/Noturno	40	40
FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IVAÍ (UNIVALE)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Ivaiporã	10/02/2003	Matutino/Noturno	80/80	160
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU (IESFI)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Foz do Iguaçu	10/02/2003	Noturno	100	100
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)	Direito Público Interno - Estadual da Administração	Francisco Beltrão	05/05/2003	Matutino/Noturno	40	40

	Direta					
FACULDADE JAGUARIAÍVA (FAJAR)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Jaguariaíva	04/08/2003	Noturno	80	80
FACULDADE RADIAL CURITIBA	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	22/09/2003	Noturno	200	200
FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA (FADESC)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Curitiba	11/12/2003	Matutino/Noturno	60/140	200
FACULDADE CENECISTA DE CAMPO LARGO (FACECLA)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Campo Largo	16/02/2004	Noturno	80	80
FACULDADE DOM BOSCO (FDB)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	16/02/2004	Matutino/Noturno	100/100	200
FACULDADE EDUCACIONAL DE ARAUCÁRIA (FACEAR)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Araucária	16/02/2004	Matutino/Noturno	100/100	200
FACULDADE METROPOLITANA DE CURITIBA (FAMEC)	Direito Privado - Com fins lucrativos	São José dos Pinhais	01/03/2004	Matutino/Noturno	50/50	100
FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA (UNIÃO)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Ponta Grossa	26/07/2004	Matutino/Noturno	70/100	170
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ (UNOPAR)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Bandeirantes	26/07/2004	Noturno	120	120
INSTITUTO FOZ DO IGUAÇU DE ENSINO E CULTURA (IFIEC)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Foz do Iguaçu	03/08/2004	Matutino/Noturno	100	100
FACULDADE INTERNACIONAL	Direito Privado -	Curitiba	29/12/2004	Noturno	100	100

DE CURITIBA (FACINTER)	Com fins lucrativos					
CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ (FAE)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Curitiba	14/02/2005	Matutino/Noturno	40/40	80
FACULDADE DE TELÊMACO BORBA (FATEB)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Telêmaco Borba	14/02/2005	Noturno	100	100
FACULDADE EDUCACIONAL DE MEDIANEIRA (FACEMED)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Medianeira	14/02/2005	Matutino/Noturno	60/60	120
CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DO SUDOESTE DO PARANÁ (UNICS)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Palmas	21/02/2005	Noturno	60	60
INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ (ISULPAR)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Paranaguá	01/03/2005	Matutino/Noturno	50/50	100
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE UNIÃO DA VITÓRIA	Direito Privado - Com fins lucrativos	União da Vitória	14/03/2005	Noturno	80	80
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO (FACDOMBOSCO)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Cornélio Procopio	28/03/2005	Noturno	60	60
FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ (UNIFAMMA)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Maringá	25/07/2005	Noturno	100	100
FACULDADES OPET	Direito Privado - Com fins lucrativos	Curitiba	01/08/2005	Matutino/Noturno	80/100	180

FACULDADE DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DE IBAITI (FEATI)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Ibaiti	03/02/2006	Matutino/Noturno	50/50	100
FACULDADE SÃO JUDAS TADEU DE PINHAIS (FAPI)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Pinhais	01/08/2006	Matutino/Noturno	80/80	160
INSTITUTO DE ENSINO E CULTURA DO PARANÁ (IECP)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Curitiba	13/09/2006	Noturno	80	80
FACULDADE NACIONAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ (FANEESP)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Araucária	01/01/2007	Matutino/Noturno	40/40	80
FACULDADE ARTHUR THOMAS (CESA)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Londrina	12/02/2007	Matutino/Noturno	50/150	200
FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (ISEPE RONDON)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Marechal Cândido Rondon	12/02/2007	Noturno	200	200
FACULDADE DE PATO BRANCO (FADEP)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Pato Branco	12/02/2007	Noturno	200	200
FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ (FACULDADE ALVORADA)	Direito Privado - Sem fins lucrativos	Maringá	06/03/2007	Noturno	200	200
FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE (FLP)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Guaratuba	30/07/2007	Noturno	200	200

FACULDADE DO NORTE PIONEIRO (FANORPI)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Santo Antônio da Platina	08/08/2007	Noturno	45	45
FACULDADE SANTA AMÉLIA (SECAL)	Direito Privado - Com fins lucrativos	Ponta Grossa	02/02/2008	Noturno	200	200
TOTAL DE CURSOS JURÍDICOS = 81 / TOTAL DE VAGAS AUTORIZADAS = 13 395						

NOTA: * No caso de uma mesma IES que oferece cursos jurídicos em diferentes municípios (PUC-PR, por exemplo), cada um deles foi considerado separadamente, tornando-se uma entrada distinta no banco de dados. Cursos de uma mesma IES, num mesmo município, mas com períodos distintos (matutino ou noturno), ao contrário, não foram diferenciados.